

**LIVRO DE
QUESTÕES**

TRE

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL



EXPEDIENTE

Diretora editorial	Juliana Pivotto
Coordenação editorial	Mari de Barros
Revisão	Equipe de Revisão Nova Concursos
Projeto gráfico	Equipe Nova Concursos
Diagramação	Joyce Matos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Angélica Ilacqua CRB-8/7057

TRE : Tribunal Regional Eleitoral / [Cristiano Silva]...[et al]. -- São Paulo : Nova Concursos, 2019.

456 p. (Livro de Questões)

ISBN 978-65-80143-16-0

1. Serviço público - Brasil - Concursos 2. Concursos - Problemas, questões, exercícios 3. Brasil. Tribunal Regional Eleitoral - Concursos I. Silva, Cristiano

CDU 35.08 (079.1)

18-0298

Índices para catálogo sistemático:
1. Serviço público - Brasil - Concursos

© 2019 - Todos os direitos reservados à



Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, especialmente gráfico, fotográfico, fonográfico, videográfico, internet. Essas proibições aplicam-se também às características de editoração da obra. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (artigos 102, 103, parágrafo único, 104, 105, 106 e 107, incisos I, II e III, da Lei nº 9.610, de 19/02/1998, Lei dos Direitos Autorais).

QT005-19-TRE

APRESENTAÇÃO DA OBRA

Este livro da Coleção Questões Comentadas é mais uma ferramenta elaborada pela Editora Nova, que vai ajudar você a conquistar seus principais objetivos no âmbito dos concursos públicos. Está organizado por matérias, e cada matéria dividida em tópicos, exigidos no edital do cargo do concurso em questão. Também propusemos o comentário de todas as alternativas das questões de múltipla escolha.

Os autores de nossas obras têm larga experiência na área do concurso público, sendo muitos deles também responsáveis pelas aulas que você encontra em nossos *Cursos Online*. A teoria ensinada em nossos *Cursos* junto com o livro de questões comentadas, tornam-se uma importante ferramenta de aprendizagem e estudo.

O gabarito oficial das questões está de acordo com a lei vigente à época do concurso. Em alguns comentários, o autor, em respeito à atualização ocorrida na lei, propôs um comentário atualizado e diferente do gabarito oficial. Isto permite ao leitor entender a mudança por meio da resposta contextualizada sem a alteração do gabarito oficial em respeito à organizadora da prova do concurso.

Caro aluno, antes da prova, revise o comentário das questões deste livro. A meta é estudar até passar!

Muito obrigado.
Editores da Nova Concursos

SUMÁRIO

Língua Portuguesa.....	9
Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático.....	35
Informática	87
Administração Geral	111
Administração Financeira e Orçamentária.....	143
Administração Pública.....	153
Arquivologia.....	169
Contabilidade	191
Direito Constitucional.....	203
Direito Administrativo.....	233
Direitos das Pessoas com Deficiência.....	265
Direito Civil.....	279
Direito Processual Civil	305
Direito Penal.....	335
Direito Processual Penal.....	345
Direito Eleitoral.....	363
Ética no Serviço Público	419
Normas Aplicáveis aos Servidores Federais	439

LÍNGUA PORTUGUESA

Sobre a Autora

Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco

Graduada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Adamantina. Especialista pela Universidade Estadual Paulista – Unesp.

1. (TRE-AC – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – AOCB – 2015)

A vida em sociedade

1.º de março 2011

Ao contrário do que muitos podem imaginar, o homem não é o único a viver em sociedade, e essa discussão aparece no episódio "A Cultura e a Casca de Banana", dirigido por Toni Venturi. Durante a conversa no zoológico, o homem tenta provar ao macaco os benefícios que ele tem sobre todos os outros animais e o benefício principal: o de viver em sociedade.

O macaco discorda totalmente e conta ao homem, como um primeiro exemplo, sobre a sociedade das formigas. Ela é organizada em sociedade, mantém no topo do formigueiro a rainha, que põe os ovos, depois vêm as trabalhadoras que alimentam a chefe, e os machos são a terceira casta, não trabalham e a sua função se resume apenas em acasalar com as rainhas.

Outros exemplos da vida organizada em sociedade ficam por conta de cupins, abelhas e pinguins. A abelha, por exemplo, é incapaz de viver sozinha. Suas colmeias são um exemplo de organização social, com as rainhas na função de colocar os ovos, os zangões, que as fecundam, e as operárias, que cuidam de todas as tarefas.

Os cupins repartem todas as tarefas, trabalham juntos na construção de casas enormes e resolvem problemas complicados de moradia, como ventilação e drenagem. Já os pinguins, que também vivem em sociedade, dividem tarefa entre macho e fêmea. Ambos se revezam para chocar os filhotes, que se reúnem em creches e são supervisionados por adultos enquanto os pais saem em busca de comida. Os casais ficam juntos no verão para cuidar dos filhotes e, para identificar os membros de sua família, possuem cantos e danças próprios.

Fonte: <http://www.soinos1so.com.br> - 2011 - 03 - 01 - a-vida-em-sociedade - . Texto adaptado.

Em "Já os pinguins, que também vivem em sociedade, dividem tarefa entre macho e fêmea. Ambos se revezam para chocar os filhotes, reúnem-se em creches e são supervisionados por adultos **enquanto os pais saem em busca de comida**", a expressão em destaque

- expressa ideia de finalidade, pois, para os pais saírem em busca de comida, precisam deixar seus filhotes sob a supervisão de adultos.
- expressa ideia de consequência, pois primeiro os pais deixam seus filhos sob a supervisão de adultos, para, depois, buscarem alimento.
- expressa ideia de tempo simultâneo, pois, enquanto os pais saem em busca de comida, outros adultos supervisionam seus filhotes.
- expressa ideia de tempo simultâneo, pois, enquanto os pais saem em busca de alimento, as mães se reúnem para supervisionarem seus filhotes.
- expressa ideia de tempo sequencial, pois os pais deixam seus filhos para serem supervisionados para depois irem à busca de comida.

2. (TRE-BA – CONHECIMENTOS GERAIS PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO – CESPE – 2017 – ADAPTADA)

Texto CG2A2AAA

Em sua definição, o voto em branco é aquele que não se dirige a nenhum candidato entre os que disputam as eleições. São considerados, portanto, votos estéreis, porque não produzem frutos. Os votos nulos, por sua vez, são aqueles que, somados aos votos em branco, compõem a categoria dos votos estéreis, inválidos ou, como denominou o Tribunal Superior Eleitoral, votos apolíticos. Logo, os votos em branco e os nulos são votos que, a princípio, não produzem resultado nem influenciam no resultado do pleito.

Ao comparecer às urnas no dia das eleições, o eleitor que apresentar voto em branco ou nulo pode fazê-lo por diversas razões. Esses motivos podem embasar tanto a postura dos que votam em branco quanto a dos que votam nulo, pois o resultado final é o mesmo: invalidar o voto. Assim sendo, não é razoável diferenciar o voto em branco do voto nulo. Deve-se considerar a essência do ato, a sua real motivação, que é a invalidação. É evidente que não se sabe, ao certo, a razão que motiva cada eleitor a votar em branco ou nulo; entretanto, em ambos os casos, não há dúvida quanto à invalidade do voto por ele dado.

Renata Dias. Os votos brancos e nulos no estado democrático de direito: a legitimidade das eleições majoritárias no Brasil. In: *Estudos eleitorais*, v. 8, n.º 1, jan. - abr. 2013, p. 36-8 (com adaptações).

No segundo parágrafo do texto CG2A2AAA, a forma verbal “fazê-lo” remete a

- a) “o resultado final”
- b) “embasar tanto a postura dos que votam em branco quanto a dos que votam nulo”
- c) “voto em branco ou nulo”
- d) “apresentar voto em branco ou nulo”
- e) “comparecer às urnas no dia das eleições”

3. (TRE-PR – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – FCC – 2017)

As crianças cresçam em altura e maturidade. O crescimento das crianças se dava na mesma proporção em que cresciam as preocupações dos pais com o futuro delas. Cresciam também as preocupações com o presente das crianças. As preocupações existiam porque aquela pequena vila há tempos não era mais a mesma.

Cada alternativa apresenta uma proposta de organização das frases acima em um só período. O que está claro, coerente e em conformidade com a norma-padrão, sem prejudicar o sentido original, é:

- a) As preocupações dos pais cresciam, por causa do futuro e também do presente, na medida em que cresciam as crianças, em altura e maturidade, sendo que aquela pequena vila há tempos não era mais a mesma.

- b) Proporcionalmente, cresciam as crianças em altura e maturidade e também cresciam as preocupações dos pais, pelo seu futuro e até presente, mesmo porque aquela pequena vila há tempos não era mais a mesma.
- c) Devido ao crescimento das crianças, em altura e maturidade, naquela pequena vila que há tempos não era mais a mesma, os pais também se preocupavam com o seu presente e o seu futuro.
- d) À medida que as crianças cresciam em altura e maturidade, cresciam também as preocupações dos pais, tanto em relação ao futuro quanto ao presente delas, uma vez que aquela pequena vila há tempos não era mais a mesma.
- e) Aquela pequena vila há tempos não era mais a mesma e em relação a isso, quando as crianças cresciam em altura e maturidade, os pais também o faziam, preocupados tanto com o presente quanto com seu futuro.

4. (TRE-SP – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – FCC – 2017)

As marcas da amizade não desaparecem com a ausência do amigo.

Ao reescrever a frase acima iniciando-se com *A ausência do amigo*, estará correta a seguinte complementação:

- a) não implica desaparecer as marcas da amizade.
- b) não faz desaparecerem as marcas de amizade.
- c) impede a que as marcas da amizade cheguem a desaparecer.
- d) não fazem as marcas da amizade desaparecerem.
- e) impossibilita de que venham a desaparecer as marcas da amizade.

CLASSES DAS PALAVRAS

5. (TRE-AC – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – AOCP – 2015)

Assinale a alternativa cujo “que” em destaque funciona como pronome relativo.

- a) “É uma maneira de expressar a vontade **que** a gente tem. Acho que um voto pode fazer a diferença”.
- b) “Ele diz **que** vota desde os 18...”.
- c) “Acho **que** um voto pode fazer a diferença”.
- d) “... e acreditam **que** um voto consciente agora pode influenciar futuramente na vida de seus filhos e netos”.
- e) “O idoso afirma **que** sempre incentivou sua família a votar”.

GABARITO COMENTADO

1.

Em "a": Errado – expressa ideia de finalidade, pois, para os pais saírem em busca de comida, precisam deixar seus filhotes sob a supervisão de adultos.

Em "b": Errado – expressa ideia de consequência, pois primeiro os pais deixam seus filhos sob a supervisão de adultos, para, depois, buscarem alimento.

Em "c": Certo – expressa ideia de **tempo simultâneo**, pois, enquanto **os pais saem em busca de comida, outros adultos supervisionam seus filhotes**.

Em "d": Errado – expressa ideia de tempo simultâneo, pois, enquanto os pais saem em busca de alimento, as mães se reúnem para supervisionarem seus filhotes.

Em "e": Errado – expressa ideia de tempo sequencial, pois os pais deixam seus filhos para serem supervisionados para depois irem à busca de comida.

"Enquanto" é uma conjunção temporal, dando-nos a ideia do tempo em que acontece a ação.

GABARITO OFICIAL: C

2.

Retomemos o período: (...) o eleitor que **apresentar voto em branco ou nulo** pode fazê-lo

GABARITO OFICIAL: D

3.

Em "a": Errado – As preocupações dos pais cresciam, por causa do futuro e também do presente, na medida em que cresciam as crianças, em altura e maturidade, sendo que aquela pequena vila há tempos não era mais a mesma. = (?) incoerente

Em "b": Errado – Proporcionalmente, cresciam as crianças em altura e maturidade e também cresciam as preocupações dos pais, pelo seu futuro e até presente, mesmo porque aquela pequena vila há tempos não era mais a mesma. = (?) incoerente

Em "c": Errado – Devido ao crescimento das crianças, em altura e maturidade, naquela pequena vila que há tempos não era mais a mesma, os pais também se preocupavam com o seu presente e o seu futuro. = (?) incoerente

Em "d": Certo – À medida que as crianças cresciam em altura e maturidade, cresciam também as preocupações dos pais, tanto em relação ao futuro quanto ao presente delas, uma vez que aquela pequena vila há tempos não era mais a mesma. = é mais clara que as demais

Em "e": Errado – Aquela pequena vila há tempos não era mais a mesma e em relação a isso, quando as crianças cresciam em altura e maturidade, os pais também o faziam, preocupados tanto com o presente quanto com seu futuro. = (?) incoerente

GABARITO OFICIAL: D

4.

Em "a": Errado – não implica desaparecer (*desaparecerem*) as marcas da amizade.

Em "b": não faz **desaparecerem** as marcas de amizade.

Em "c": Errado – impede **a** (X) que as marcas da amizade cheguem a desaparecer.

Em "d": Errado – não fazem (*faz*) as marcas da amizade desaparecerem.
Em "e": Errado – impossibilita **de** (X) que venham a desaparecer as marcas da amizade.
Façamos a reescrita (destaquei os termos que se relacionam): **A ausência do amigo não *faz desaparecerem as marcas da amizade.***

GABARITO OFICIAL: B

5.

Se trocarmos o "que" por "o/a qual" e o período tiver sentido, estaremos diante de um "que" = pronome relativo. Vamos aos itens:

Em "a": É uma maneira de expressar a vontade **que (= a qual)** a gente tem.

Em "b": Ele diz **que** vota = conjunção integrante (inicia oração subordinada substantiva objetiva direta)

Em "c": Acho **que** um voto = conjunção integrante (inicia oração subordinada substantiva objetiva direta)

Em "d": e acreditam **que** um voto = conjunção integrante (inicia oração subordinada substantiva objetiva direta)

Em "e": O idoso afirma **que** = conjunção integrante (inicia oração subordinada substantiva objetiva direta)

GABARITO OFICIAL: A

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Sobre a Autora

Sara Martins de Oliveira

Especialista em Gestão Financeira e Contábil pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (Faculdades FACCAT) de Tupã, São Paulo. Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (Faculdades FACCAT) de Tupã, São Paulo. Lecionou na Faculdade da Alta Paulista (FADAP/FAP) de Tupã, São Paulo, no Curso de Administração. Tutora presencial do curso EAD de Ciências Contábeis, realizado pela Universidade Anhanguera. Professora de conteúdo preparatório para concursos públicos, em vários cursos de graduação e pós-graduação do país, destacando-se: Grupo Nova, SGS Academy, Maxi Educa, Solução Concursos e Opção Concursos. Especialidade no desenvolvimento da autoria do comentário de questões gabaritadas para o complemento do banco de vários editoriais. Contadora.

EQUAÇÃO DE 1º E 2º GRAU

1. (TRE-AC – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC – 2010)

Incumbidos de tirar uma mesma quantidade de cópias de cada uma das 48 páginas de um texto, dois Técnicos Judiciários - Altamiro e Gioconda - cumpriram a tarefa, dividindo o total de páginas entre si em partes inversamente proporcionais às suas respectivas idades: 36 e 28 anos. Considerando que a capacidade operacional da máquina usada por Gioconda era igual a 80% da capacidade da usada por Altamiro, então se este gastou 35 minutos para tirar todas as suas cópias, o tempo gasto por Gioconda para tirar as suas foi

- a) 56 minutos e 15 segundos.
- b) 56 minutos.
- c) 52 minutos e 30 segundos.
- d) 52 minutos.
- e) 48 minutos e 15 segundos.

2. (TRE-AC – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC – 2010)

Considere que em 1990 uma Seção Eleitoral de certa cidade tinha apenas 52 eleitores inscritos - 18 do sexo feminino e 34 do sexo masculino - e que, a partir de então, a cada ano subsequente o número de mulheres inscritas nessa Seção aumentou de 3 unidades, enquanto que o de homens inscritos aumentou de 2 unidades. Assim sendo, o número de eleitores do sexo feminino se tornou igual ao número dos eleitores do sexo masculino em

- a) 2004.
- b) 2005.
- c) 2006.
- d) 2007.
- e) 2008.

3. (TRE-AC – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC – 2010)

Em uma papelaria, Romeu gastou R\$ 312,00 na compra de algumas unidades de certo tipo de caneta esferográfica que estava em promoção e, como bonificação, recebeu mais 8 unidades iguais a elas. Com isso, Romeu percebeu que cada caneta que tinha comprado havia saído por R\$ 0,80 a menos, ou seja, cada caneta saiu por

- a) R\$ 6,20.
- b) R\$ 6,00.
- c) R\$ 5,80.
- d) R\$ 5,20.
- e) R\$ 5,00.

4. (TRE-MT – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – CESPE – 2010)

Considere que o responsável pelo almoxarifado de uma empresa tenha encomendado resmas de papel branco, ao preço de R\$ 11,00 a resma, e de papel reciclado, ao preço de R\$ 13,00 a resma, para uso em impressoras. A encomenda foi de 324 resmas e o valor total a ser pago é de R\$ 3.970,00. Nessa situação, é correto afirmar que a quantidade de resmas de papel reciclado encomendada foi

- a) inferior a 162.
- b) superior a 162 e inferior a 210.
- c) superior a 210 e inferior a 305.
- d) superior a 305 e inferior a 361.
- e) superior a 361.

GABARITO COMENTADO

1.

O enunciado apresenta as seguintes informações:

- Tirar uma mesma quantidade de cópias de cada uma das 48 páginas;
 - Altamiro e Gioconda - cumpriram a tarefa, dividindo o total de páginas entre si em partes **inversamente proporcionais** às suas respectivas idades: 36 e 28 anos.
 - A capacidade operacional da máquina usada por Gioconda era igual a 80% da capacidade da usada por Altamiro;
 - Altamiro gastou 35 minutos para tirar todas as suas cópias,
- Precisamos encontrar o tempo gasto por Gioconda.

A divisão da tarefa realizada por Altamiro e Gioconda foi **inversamente proporcional**, sendo assim vamos utilizar a forma inversa das idades, sendo:

$$36 \rightarrow 1/36$$

$$28 \rightarrow 1/28$$

Somando-se os números proporcionais, temos:

$$1/36 + 1/28 \text{ (MMC de 36 e 28 = 252)}$$

$$252/36 = 7; 252 \cdot 1 = 252$$

$$252/28 = 9; 252 \cdot 1 = 252$$

Assim ficamos com:

$$7/252 + 9/252 = 16/252.$$

Eliminamos o denominador em comum e os números proporcionais passam a ser 7 e 9.

A razão dos números proporcionais $7+9 = 16$

Que deve ser comparado como total de páginas (48):

$$x = 48 \cdot 7/16 = 21 \text{ (Altamiro)}$$

$$x = 48 \cdot 9/16 = 27 \text{ (Gioconda)}$$

Passamos então para a regra de 3:

$$G = x \cdot 27 \cdot 0,8$$

$$A = 35 \cdot 21 \cdot 1$$

Fazendo a inversão, temos:

$$G = x \cdot 27 \cdot 1$$

$$A = 35 \cdot 21 \cdot 0,8$$

Temos:

$$x \cdot 21 \cdot 0,8 = 35 \cdot 27 \cdot 1$$

$$16,8x = 945$$

$$x = 945/16,8$$

$$x = 56,25 \text{ minutos}$$

Temos que multiplicar 0.25 por 60 segundos para encontrarmos os segundos:
 $0.25 \cdot 60 = 15$ segundos.

Portanto, o tempo gasto por Gioconda para tirar as suas foi de 56 minutos e 15 segundos.

GABARITO OFICIAL: A

2.

A questão diz:

- a cidade tinha apenas 52 eleitores inscritos
- 18 do sexo feminino
- 34 do sexo masculino
- aumentou em 3 o número de mulheres
- homens inscritos aumentou em 2 unidades.

Devemos identificar o ano em que o número de eleitores do sexo feminino se tornou igual ao número dos eleitores do sexo masculino.

No total são 52 eleitores, sendo:

34 masculinos e 18 femininos

$$18+3x = 34+2x$$

$$3x-2x = 34-18$$

$$x = 16$$

Ao somarmos esta diferença com o ano inicial do enunciado chegaremos no resultado:

$$1990 + 16 = 2006$$

GABARITO OFICIAL: C

3.

Conforme as informações do enunciado, sabemos:

- Romeu gastou R\$ 312,00 na compra de algumas unidades de certo tipo de caneta esferográfica que estava em promoção.
 - como bonificação, recebeu mais 8 unidades iguais a elas.
 - Com isso, Romeu percebeu que cada caneta que tinha comprado havia saído por R\$ 0,80 a menos,
- A questão pede o valor de cada caneta na promoção.

c - quantidade de canetas

p - preço unitário das canetas

Antes da promoção era possível comprar uma quantidade de canetas (c) com R\$ 312,00

$$312 = c \cdot p$$

Na promoção era possível comprar uma quantidade de canetas (c) ganhar + 8 unidades por R\$ 312,00 e o preço unitário das canetas saía por R\$ 0,80 a menos:

$$312 = (c+8) \cdot (p-0,8)$$

Igualando:

$$c \cdot p = (c + 8) \cdot (p - 0,8)$$

$$c \cdot p = c \cdot p - 0,8c + 8p - 6,4$$

$$-0,8c + 8p - 6,4 = 0$$

$$c = (8p - 6,4)/0,8$$

Substituindo:

$$312 = c \cdot p$$

$$312 = (8p - 6,4)/0,8 \cdot p$$

$$312 \cdot 0,8 = (8p - 6,4) \cdot p$$

$$249,6 = 8p^2 - 6,4p$$

$$8p^2 - 6,4p - 249,6 = 0$$

Aplicando Bhaskara:

$$\Delta = 6,4^2 - 4 \cdot (-249,6) \cdot 8$$

$$\Delta = 40,96 + 7987,2$$

$$\Delta = 8028,16$$

$$p = \frac{-(-6,4) \pm \sqrt{8028,16}}{16 \times 1}$$

$$p = \frac{-(-6,4) \pm 89,6}{16}$$

$$p = \frac{6,4 - 89,6}{16} = 5,2$$

$$p = 5,2$$

Sendo assim, cada caneta, na promoção, saiu por R\$ 5,20.

GABARITO OFICIAL: D

4.

O enunciado da questão informa:

- resmas de papel branco, ao preço de R\$ 11,00 a resma
- papel reciclado, ao preço de R\$ 13,00 a resma
- A encomenda foi de 324 resmas e o valor total a ser pago é de R\$ 3.970,00.

Devemos chegar na quantidade de resmas de papel reciclado que foi encomendada.

$$x = \text{papel branco} = 11x$$

$$y = \text{papel reciclado} = 13x$$

$$x + y = 324$$

$$11x + 13y = 3970$$

$$x = 324 - y$$

$$11(324 - y) + 13y = 3970$$

$$3564 - 11y + 13y = 3970$$

$$2y = 406$$

$$y = 203$$

Portanto, foram encomendadas 203 resmas de papel reciclado.

GABARITO OFICIAL: B

INFORMÁTICA

Sobre o Autor

Ovidio Lopes da Cruz Netto

Doutorado e mestrado em Engenharia Biomédica, projeto que criou um software que facilita o aprendizado de crianças portadoras de síndrome de Down <www.ovidio.eng.br/nossavida> e seu desenvolvimento social. Pós-graduado em Engenharia de Software pela Universidade São Judas Tadeu, em 2008. Formação de docentes para o Ensino Superior pela UNINOVE, em 2007. Graduado em Engenharia da Computação pela UMC, em 2004. Trabalha com educação desde o ano de 2003. Tem vários cursos de Tecnologia Educacional, realizados no Brasil e também no exterior, como: Itália, Espanha, Malta, Costa Rica e Argentina. Professor integrante do Banco de Avaliadores (BASis) do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) - INEP/MEC.

1. (TRE-MG – TÉCNICO JUDICIÁRIO – EDIFICAÇÕES – CONSULPLAN – 2015)

O *Internet Explorer 9* possui um modo integrado para você acessar, monitorar e interagir com os arquivos que baixar: o Gerenciador de download. Este lista os arquivos baixados da internet e permite manter o controle dos *downloads* por meio de informações para cada arquivo. São informações do arquivo baixado, EXCETO:

- a) Extensão e nome arquivo.
- b) Localização no computador.
- c) Endereço do site de origem.
- d) Permissão de acesso do arquivo.

2. (TRE-MG – TÉCNICO JUDICIÁRIO – EDIFICAÇÕES – CONSULPLAN – 2015)

Ao manipular arquivos e pastas no Windows XP pode ser necessário excluir arquivos ou pastas. Quanto a este fato, analise as afirmativas a seguir.

I. Imediatamente após a exclusão deve-se utilizar o comando Desfazer para reverter a operação.

II. Pode-se recuperar arquivo ou pasta na lixeira, pois esta armazena temporariamente os arquivos excluídos.

III. Ao manter pressionada a tecla CTRL e pressionar a tecla DELETE sobre o arquivo selecionado excluirá o arquivo ou pasta sem envio para a lixeira.

Estão corretas as afirmativas

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.

3. (TRE-MG – TÉCNICO JUDICIÁRIO – EDIFICAÇÕES – CONSULPLAN – 2015)

Com relação ao uso seguro de leitores de e-mails, analise as afirmativas a seguir.

I. Configurar a atualização automática do leitor de e-mails e seus complementos.

II. Permitir a definição automática de cookies e a criação de listas de exceções.

III. Desabilitar o modo de visualização no formato de hipertexto (html).

Estão corretas as afirmativas

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.

GABARITO COMENTADO

1.

As permissões de acesso ao arquivo podem ser acessadas clicando com o botão direito do mouse, depois clicando na opção Propriedades e em seguida na guia Segurança, por ser um item do sistema de arquivos NTFS.

Em regra, quando o sistema entende que pode ser um tipo de arquivo malicioso, pode aparecer mensagens informando sobre o fato.

GABARITO OFICIAL: D

2.

Afirmativa "I" – Verdadeiro – Pois o comando CTRL + Z que significa desfazer, funciona também com arquivos excluídos, desfazendo a ação e fazendo com que o(s) arquivo(s) volte(m) à(s) sua(s) origem(ns);

Afirmativa "II" – Verdadeiro – Pois a simples exclusão com DELETE envia o arquivo para lixeira, e caso se utilize a combinação de teclas SHIFT + DELETE o mesmo será excluído diretamente sem passar pela lixeira;

Afirmativa "III" – Falso – Pois a exclusão direta e feita através do atalho SHIFT + DELETE.

GABARITO OFICIAL: B

3.

Afirmativa "I" – Verdadeiro – Pois as atualizações automáticas do leitor de e-mails e de seus complementos fazem com que o sistema opere sempre em sua última versão, onde não só seu funcionamento será mais eficiente como também presume-se que estará mais seguro.

Afirmativa "II" – Falso – Apesar de estar um pouco confusa, pois é feito o uso da palavra "definição", sugerindo que a banca deveria usar a palavra "execução", no entanto se permitir a execução automática de cookies o sistema tende a ficar mais vulnerável e menos seguro.

Afirmativa "III" – Verdadeiro – Pois junto com o código HTML pode estar escondido scripts que se forem executados poderiam conter códigos maliciosos.

GABARITO OFICIAL: C

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Sobre a Autora

Silvana Guimarães Ferreira

Bacharel em Direito. Especialização em Gestão Empresarial e Gestão de Projetos; Consultora Empresarial e Coordenadora de Projetos. Empresária.

Palestrante nas áreas de:

- Desenvolvimento Pessoal;
- Atendimento e Vendas;
- Relações Comportamentais.

1. (TRE-GO – ANALISTA JUDICIÁRIO – CESPE – 2015) Julgue o próximo item, referentes a administração geral e pública. Considere que, em um tribunal regional eleitoral, haja pequena quantidade de profissionais com conhecimento profundo na área de direito eleitoral e que, nesse mesmo tribunal, seja feito um planejamento estratégico com uso de análise SWOT. Nessa situação, de acordo com os princípios desse tipo de análise, a carência de especialistas deve ser considerada uma ameaça ao cumprimento da missão do tribunal.

() CERTO () ERRADO

2. (TRE-PI – TÉCNICO JUDICIÁRIO – CESPE – 2016) Com relação ao planejamento organizacional nas organizações contemporâneas, assinale a opção correta.

- a) Em uma organização, as metas operacionais e departamentais são estabelecidas de forma exclusiva, respectivamente, para pessoas/equipes e departamentos/divisões.
- b) Os planos estratégicos representam as etapas de ação, pelas quais uma organização tem intenção de alcançar as metas estratégicas em um espaço de tempo definido.
- c) As metas táticas auxiliam na execução dos planos estratégicos de uma organização, assim como na realização de parte específica da estratégia organizacional.
- d) O planejamento estratégico estabelece planos sucessivos de metas e ações que são desempenhadas repetidamente nas organizações, visto que planos de uso único não fazem parte do escopo da estratégia.
- e) Planos e metas táticas fornecem meios para que a organização responda a situações específicas, como emergências, contratempos ou condições inesperadas.

3. (TRE-PI – TÉCNICO JUDICIÁRIO – CESPE – 2016) Tendo em vista que o planejamento organizacional engloba uma série de etapas e tem por finalidade auxiliar a administração no alcance de objetivos, assinale a opção correta relativamente aos conteúdos de um planejamento. Nesse sentido, considere que a sigla TRE, sempre que empregada, se refere a tribunal regional eleitoral.

- a) Sustentabilidade, cidadania e eficiência operacional são exemplos de objetivos operacionais de um TRE porque são objetivos globais, amplos e definidos para longo prazo.
- b) A proatividade do servidor de um TRE para solucionar pendências operacionais do órgão caracteriza uma iniciativa estratégica.
- c) Garantir a legitimidade do processo eleitoral define a missão de um TRE, por se tratar da finalidade para a qual o órgão foi criado.

- d) Os indicadores das iniciativas estratégicas orientam e direcionam o comportamento das pessoas no desenvolvimento das atividades, conferindo coerência e unidade na atuação institucional.
- e) Ser reconhecido pela excelência na efetividade da gestão do processo eleitoral define um objetivo tático de um TRE, pois se refere àquilo que o órgão pretende ser no futuro.

4. (TRE-MT – TÉCNICO JUDICIÁRIO – CESPE – 2015) Em relação ao planejamento organizacional, assinale a opção correta.

- a) O planejamento pode ser realizado em diferentes níveis, conforme os objetivos propostos; o nível tático, por exemplo, envolve decisões a respeito de atividades diárias, com alto grau de flexibilização e baixo risco e em curto prazo.
- b) As seguintes denominações são também empregadas para se referir ao planejamento: previsão, projeção e predição.
- c) São considerados princípios do planejamento relacionados ao alcance dos resultados de uma organização: contribuição aos objetivos, precedência, maior penetração e abrangência, maior eficiência, eficácia e efetividade.
- d) O planejamento estratégico visa ao estabelecimento e alcance de objetivos de longo prazo, tornando possível a previsão de ações imediatas que permitam a operacionalização de tais objetivos.
- e) O planejamento de recursos humanos, por ser uma área funcional da organização, é definido como atividade precípua do planejamento estratégico.

5. (TRE-TO – ANALISTA JUDICIÁRIO – CESPE – 2017) Caso se concentre em um mercado específico, regional ou de nicho, uma organização adotará a estratégia genérica de

- a) especialização.
- b) enfoque.
- c) parceria local.
- d) diferenciação.
- e) liderança regional.

6. (TRE-TO – ANALISTA JUDICIÁRIO – CESPE – 2017) No que tange ao alcance de uma meta preestabelecida, o desempenho de uma organização é avaliado quanto ao grau de

- a) efetividade.
- b) performance.
- c) qualidade.
- d) eficácia.
- e) eficiência.

GABARITO COMENTADO

1.

O enunciado aborda a Matriz SWOT – que trata das variáveis internas (forças e fraquezas) e das variáveis externas (oportunidades e ameaças).

Quando falamos em variáveis internas, falamos em aspectos que podem ser controlados, como no caso, falta de profissionais é algo que pode ser controlado e administrado, de forma que, não se trata de uma ameaça (variável externa não controlável) e sim de uma fraqueza.

GABARITO OFICIAL: Errado

2.

Em "a": Errado – As metas departamentais são aplicadas à gerencia, somente as operacionais são estabelecidas para os departamentos e grupos de trabalho, assim como para os indivíduos.

Em "b": Certo – Quando se estabelece objetivos e metas (que é feito no planejamento), é de total importância planejar ações para se chegar a tal, definindo qual caminho que deve ser percorrido para o mesmo. Esse conjunto de atividades definidas são chamados planos de ações.

Em "c": Errado – As metas táticas auxiliam para que as metas estratégicas sejam alcançadas, e quanto ao planos, metas táticas auxiliam na execução dos planos táticos.

Em "d": Errado – Esse estabelecimento é feito pelo planejamento operacional.

Em "e": Errado – Trata-se de planos e metas operacionais.

GABARITO OFICIAL: B

3.

Em "a": Errado – não se trata de objetivos e sim de valores.

Em "b": Errado – não confundir iniciativa operacional (em questão) com a iniciativa estratégica que são projetos, planos e ações que levaram ao encontro do objetivo estratégico.

Em "c": Certo – Missão do TRE/PI – a missão é garantir a legitimidade do processo eleitoral.

Em "d": Errado – o correto é dizer indicadores de iniciativas operacionais. Os indicadores de iniciativas estratégicas são utilizados para o longo prazo e não interferem no comportamento dos indivíduos.

Em "e": Errado – trata-se da visão, ou seja, o que pretende alcançar no futuro.

GABARITO OFICIAL: C

4.

Em "a": Errado – trata-se de planejamento de médio prazo.

Em "b": Errado – mais adequadas para previsão de demanda e não de planejamento.

Em "c": Certo – são de fato princípios relacionados ao alcance dos resultados da organização.

Em "d": Errado – as atividades imediatas e operacionais se referem ao planejamento operacional.

Em "d": Errado – quando falarmos em RH nos remetemos a planejamento tático e não estratégico.

GABARITO OFICIAL: C

5.

Em "a": Errado – não se trata das estratégias genéricas de Porter.

Em "b": Certo – foca em um determinado grupo comprador, um segmento da linha de produtos ou um mercado geográfico.

Em "c": Errado – não se trata das estratégias de Porter.

Em "d": Errado – propõe diferenciar o produto ou serviço oferecido pela empresa, criando algo que seja considerado único.

Em "e": Errado – o correto seria liderança no custo total, que consiste em atingir a liderança no custo total em um determinado setor através de um conjunto de políticas funcionais orientadas para este objetivo.

GABARITO OFICIAL: B

6.

Em "a": Errado – se refere ao grau de impacto provocado. Efetividade é aquilo que causa impacto, ou seja, o resultado tem que ser relevante, fazer diferença, positivamente, para quem receber a ação.

Em "b": Errado – refere-se ao desempenho apresentado.

Em "c" – Errado – é a excelência que se busca alcançar, produzir.

Em "d" – Certo – eficácia organizacional é o grau em que a organização realiza seus objetivos. Ser eficaz significa fazer o que foi proposto, atingir a meta.

Em "e" – Errado – Trata-se de atingir a meta considerando os recursos, os custos, ou seja, fazer o proposto com baixo custo.

GABARITO OFICIAL: D

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Sobre a Autora

Tatiana de Souza Carvalho

Bacharel em Ciências Econômicas pela Fundação Instituto Tecnológico de Osasco-SP. MBA em Gestão Financeira e Controladoria pela Fundação Getúlio Vargas-SP. Curso de Formação de professores, realizado na UNIP-SP. Experiência profissional multidisciplinar, adquirida em empresas de serviços e comércio. Atuou na rotina administrativa e na financeira (contas a pagar e receber; fluxo de caixa; cobrança e faturamento; conciliação bancária; análise e conciliação contábil), operando sistemas de gestão como InterQuadran e Prosoft. Participação em vários cursos e palestras de desenvolvimento e aprimoramento nas áreas de Finanças, Administração e Contabilidade, em instituições importantes como: Corecon, BM&FBOVESPA, SENAI, SEBRAE e SENAC. Consultora voluntária em Gestão Social do Instituto GESC. Professora do Centro Paula Souza ETEC, onde lecionou os cursos de Logística, Administração, Finanças e Serviço Jurídico.

DECRETO SOBRE A PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – LEI 4.320 DE 1964

1. (TRE-PE – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – SUPERIOR – CESPE – 2017) O parágrafo único do artigo 20 da Lei n.º 4.320/1964, conforme o qual “os programas especiais de trabalho que, por sua natureza, não possam cumprir-se subordinadamente às normas gerais de execução da despesa, poderão ser custeados por dotações globais, classificadas entre as despesas de capital”, constitui uma exceção ao princípio da

- a) exclusividade.
- b) universalidade.
- c) unidade.
- d) periodicidade.
- e) especificação.

ORÇAMENTO PÚBLICO

2. (TRE-PE – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – SUPERIOR – CESPE – 2017) Relativamente ao orçamento público brasileiro, assinale a opção correta.

- a) O orçamento anual deve incorporar os orçamentos fiscal, de investimentos, da seguridade social e das empresas nas quais o poder público tenha participação.
- b) Na classificação orçamentária segundo a fonte dos recursos, os resultados obtidos pelo Banco Central do Brasil são considerados outras fontes.
- c) Os programas contidos no orçamento público dividem-se em temáticos; de gestão, manutenção e serviços ao Estado; e operações especiais, incluindo-se nesta última categoria os serviços da dívida externa.
- d) Enquanto o crédito especial é incorporado ao orçamento, por adição da importância autorizada à dotação orçamentária, a despesa com crédito suplementar apresenta-se separadamente do orçamento.
- e) O plano plurianual estabelece diretrizes nacionais para as despesas de capital e para os programas de duração continuada.

3. (TRE-TO – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – SUPERIOR – CESPE – 2017) A técnica orçamentária que visa ao controle, prevê a receita, autoriza a despesa, enfatizando os objetos de gasto sem, contudo, detalhar os objetivos econômicos e sociais aos quais se destina, denomina-se:

- a) Orçamento tradicional.
- b) Orçamento base zero.
- c) Orçamento-programa.
- d) Orçamento flexível.
- e) Orçamento participativo.

GABARITO COMENTADO

1.

Em "a": Errado – Lei orçamentária deverá conter apenas matéria orçamentária ou financeira. Dela deve ser excluído qualquer dispositivo estranho à estimativa de receita e à fixação de despesa. Não se inclui na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.

Em "b": Errado – Orçamento deve conter todas as receitas e todas as despesas referentes aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta.

Em "c": Errado – O orçamento deve ser uno, ou seja, deve existir apenas um orçamento para cada ente da federação em cada exercício financeiro.

Em "d": Errado – O orçamento deve ser elaborado e autorizado para um determinado período de tempo, geralmente um ano. A exceção se dá nos créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos 4 meses do exercício, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício subsequente.

Em "e": Certo – As receitas e as despesas devem aparecer de forma discriminada, de tal forma que se possa saber, pormenorizadamente, as origens dos recursos e sua aplicação.

GABARITO OFICIAL: E

2.

Em "a": Errado – O único erro está no final, uma vez que a LOA (orçamento anual) é composto do orçamento fiscal, da seguridade social e das empresas cuja maioria do capital social com direito a voto pertença à união.

Em "b": Errado – Segundo o art. 7º da LRF, o resultado do Banco Central do Brasil, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui receita do Tesouro Nacional, portanto é fonte do tesouro.

Em "c": Certo – O programa é o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual. No PPA 2016-2019, são divididos em Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado:

Programas temáticos: aqueles que expressam e orientam a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade;

Programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado: aqueles que expressam e orientam as ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

Há ainda o tipo de programa denominado de operações especiais, os quais constam apenas na LOA, portanto, não integrando o PPA."

Complementando, esse programa contém as ações de pagamento da dívida pública interna e externa.

Em "d": Errado – O crédito suplementar incorpora-se ao orçamento aumentando dotação já existente, enquanto que o especial inclui nova despesa.

Em "e": Errado – O PPA estabelece diretrizes para o Governo FEDERAL, pois cada ente da federação possui autonomia político – administrativa.

GABARITO OFICIAL: C

3.

Em "a": Certo – Orçamento tradicional (ou clássico) – Voltado para o perfil contábil, negligenciando objetivos e metas sociais.

No orçamento tradicional/clássico as projeções de gastos são estabelecidas considerando-se os orçamentos dos anos anteriores, isto é, baseia-se em dados históricos. Esse procedimento normalmente gera resultados com as mesmas falhas e erros cometidos no passado. No orçamento clássico ou tradicional a ênfase é naquilo que a instituição gasta, e não no que realiza.

Em "b": Errado – Orçamento de base zero – Questiona todas as despesas, inclusive as que não ultrapassam o limite de gastos, não se associando à ideia de direito adquirido; busca maior eficiência nos gastos, mas se demonstra bastante oneroso e lento.

Em "c": Errado – Orçamento-programa – Voltado para as demandas da sociedade; apresenta um perfil gerencial, considerando o cidadão como cliente.

Em "d": Errado – Orçamento flexível – Permite o possível remanejamento de dotações orçamentárias, quando se fizer necessário.

Em "e": Errado – Orçamento participativo – Aquele que conta com maior participação da sociedade. Destaca-se que isso não exime a responsabilidade do Poder Legislativo na aprovação do orçamento.

GABARITO OFICIAL: A

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Sobre o Autor

Cristiano Silva

Graduado em Administração pela UNINOVE. Graduado em Gestão Pública pela UNICESUMAR. Na área de docência, larga experiência na orientação à aprendizagem do aluno. Professor de cursos preparatórios para concursos públicos desde 2005. Professor de Administração e Gestão, transmitindo de modo didático o conhecimento destas disciplinas com o objetivo de aprovar o aluno no concurso público. Aprovado em concursos públicos: no concurso da Secretaria do Planejamento e Saúde da Prefeitura de Guarulhos (agente administrativo da área de gestão pública). Concursos da Caixa Econômica Federal, CPTM e Prefeitura de Mogi das Cruzes. Autor de livros publicados pela Nova Concursos, editora líder em materiais didáticos, cursos *on-line* e videoaulas voltados à preparação para a carreira pública.

EVOLUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. (TRE-TO – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – CESPE – 2017) O processo de burocratização que instituiu um modelo de gestão pública pautado no uso do poder racional-legal e na incorporação da racionalidade técnica e do profissionalismo ocorreu no governo de:

- a) Getúlio Vargas.
- b) Juscelino Kubitschek.
- c) Fernando Henrique Cardoso.
- d) Luís Inácio Lula da Silva.
- e) Eurico Gaspar Dutra.

2. (TRE-TO – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – CESPE – 2017) O modelo de administração que admite o cidadão como cliente dos serviços do Estado denomina-se:

- a) nova governança pública.
- b) patrimonialista.
- c) burocrático.
- d) estado de bem-estar social.
- e) administração pública gerencial.

3. (TRE-AC – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – AOCP – 2015) A estruturação da máquina administrativa no Brasil passou por reformas que provocaram mudanças e impactos nas estruturas administrativas do setor público. Dentre essas reformas, surgiu o Plano Diretor da Reforma do Estado para modificar a burocracia pública brasileira, dividindo as atividades estatais em dois segmentos. Quais são esses segmentos?

- a) Atividades de legislação pública e atividades de formulação de políticas públicas.
- b) Atividades de reformas estruturais do Estado e atividades de reformas da administração pública.
- c) Atividades exclusivas do Estado e atividades não exclusivas do Estado.
- d) Atividades de criação e expansão de burocracias públicas e atividades de acionalização.
- e) Atividades de gerencialismo na administração pública e atividades de descentralização.

4. (TRE-GO – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – CESPE – 2015) Julgue o item seguinte referente à evolução dos modelos de administração pública. A reforma administrativa ocorrida em 1967 pretendia o rompimento com a rigidez burocrática, e, para isso, as atividades da administração foram centralizadas e algumas instituições de administração indireta foram extintas.

() CERTO () ERRADO

GABARITO COMENTADO

1.

Em "a", a administração pública burocrática foi instituída em 1936 no governo de Getúlio Vargas, na época foi criado o DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público para profissionalizar a administração.

Em "b", o governo de 1956 e 1961 procurou ter o desenvolvimentismo econômico e social no Governo Juscelino Kubitschek ficou conhecido como "cinquenta anos em cinco".

Em "c", no governo de Fernando Henrique Cardoso foi instituída o modelo gerencial em 1995.

Em "d", no governo de Luís Inácio Lula da Silva deu continuidade da administração pública gerencial e implantou a o Plano Nacional de Desburocratização.

Em "e", Eurico Gaspar Dutra foi presidente do Brasil de 1946 a 1951.

GABARITO OFICIAL: A

2.

Em "a", governança na verdade é a capacidade de administrar, formular políticas públicas e definir objetivos e metas.

Em "b", o modelo patrimonialista era uma forma desorganizada do Estado, pois tinha uma grande ausência da distinção entre a coisa pública e privada e os cargos eram considerado de "prebendas", que significa cargo de muita renda e pouco trabalho o que levava consequentemente à corrupção e nepotismo.

Em "c", o modelo burocrático tem como foco os processos e controle rígido, pois havia uma desconfiança total do servidor e cidadão.

Em "d", o Estado do Bem-Estar Social conhecido como Welfare State, a ideia é fazer que o Estado seja assistencial garantindo padrões mínimos nas áreas sociais como educação, saúde e outros.

Em "e", a administração gerencial enxerga o cidadão como cliente no intuito de atender às suas expectativas e satisfação de necessidades, porém é um cidadão-cliente já que tem seus direitos e também deveres.

GABARITO OFICIAL: E

3.

Em "a", atividades de legislação fazem parte de atividades exclusivas e a formulação de políticas públicas se referem ao Núcleo Estratégico.

Em "b", refere-se ao Núcleo Estratégico de estruturar e fazer reformas da administração.

Em "c", as atividades exclusivas são aquelas que somente o Estado pode fazer e as atividades não exclusivas aquelas em que temos serviços públicos não estatais.

Em "d", não faz sentido para a administração pública gerencial, pois há uma necessidade de desburocratização no que se refere à dinamização e simplificação dos processos.

Em "e", o gerencialismo está voltado ao núcleo estratégico.

GABARITO OFICIAL: C

4.

De maneira alguma pretendia o rompimento com a burocracia, na verdade visava ter uma descentralização por meio da administração pública indireta que forma melhor regulamentadas pelo decreto 200 de 1967. O art. 4º do decreto esclarece de uma forma bem clara como fica a administração pública "Art. 4º A Administração Federal compreende: I – A Administração Direta, que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios. II – A Administração Indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria: a) Autarquias; b) Empresas Públicas; c) Sociedades de Economia Mista. d) Fundações públicas".

GABARITO OFICIAL: ERRADO

ARQUIVOLOGIA

Sobre a Autora

Silvana Guimarães Ferreira

Bacharel em Direito. Especialização em Gestão Empresarial e Gestão de Projetos; Consultora Empresarial e Coordenadora de Projetos. Empresária.

Palestrante nas áreas de:

- Desenvolvimento Pessoal;
- Atendimento e Vendas;
- Relações Comportamentais.

1. (TRE-RJ – TÉCNICO JUDICIÁRIO – CONSULPLAN – 2017) O conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes que trata da produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, que visa a eliminação ou recolhimento para guarda permanente, é denominado de gestão de:

- a) classes.
- b) atributos.
- c) princípios
- d) documentos.

2. (TRE-RR – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC – 2015) Ao contrário dos documentos de biblioteca, os documentos de arquivo:

- a) são adquiridos e colecionados em razão dos assuntos de que tratam e do estilo em que são redigidos.
- b) são resultado das atividades desenvolvidas por instituições e pessoas no desempenho de suas funções.
- c) contêm apenas informações de caráter histórico e trazem a assinatura de personagens famosos.
- d) interessam exclusivamente ao pesquisador e à produção de trabalhos científicos ou acadêmicos.
- e) apresentam-se em folhas avulsas manuscritas, datilografadas ou digitadas, em exemplares únicos.

3. (TRE-RO – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC – 2013) No processo de avaliação, o valor primário atribuído aos documentos está associado:

- a) às referências a fatos históricos.
- b) às razões pelas quais foram criados.
- c) à aquisição e extinção de direitos.
- d) à presença de sinais de validação.
- e) ao índice de pH neles encontrado.

4. (TRE-MS – TÉCNICO JUDICIÁRIO – CESPE – 2013) A relação natural entre documentos de um arquivo é dada pela sua:

- a) autenticidade.
- b) unicidade.
- c) veracidade.
- d) organicidade.
- e) imparcialidade.

1.

Em "a": Errado – Trata-se da divisão que forma o sistema de classificação de documentos.

Em "b": Errado – Trata-se de particularidades ou características próprias de um documento. Ex.: Organicidade - Atributo essencial para que um determinado conjunto de documentos seja considerado um arquivo.

Em "c": Errado – Trata-se de aspectos que embasa e diferencia a arquivística de outras ciências documentais existentes.

Em "d": Certo – Documento arquivístico é toda informação registrada, independente da forma ou do suporte, produzida ou recebida no decorrer da atividade de uma instituição ou pessoa e que possui conteúdo, contexto e estrutura suficientes para servir de prova dessa atividade, a partir desse conceito, concluímos que à gestão de documentos compete a administração de todas as atividades inerentes ao arquivo documental, tais como *ações de acesso, preservação, conservação de arquivo, entre outras atividades*.

GABARITO OFICIAL: D**2.**

Em "a": Errado – Tem sua criação ou recepção através de documentos que surjam naturalmente de atividades tanto de pessoas físicas como jurídicas.

Em "b": Certo – Tal como vimos na alternativa anterior, o arquivo é o resultado documental de atividades desenvolvidas por indivíduos ou organizações.

Em "c": Errado – Apresentam informações de caráter funcional e administrativa, além disso, a assinatura contida no documento deve ser a do(s) responsável(s) por este.

Em "d": Errado – Quando falamos documentos que tratam de trabalhos científicos ou acadêmicos estamos nos referindo a documentos de biblioteca ou museu. Os documentos de arquivo são de interesse, prioritariamente, da organização ou do gestor dessa.

Em "e": Errado – Os documentos de arquivo constituem-se em exemplar único ou limitado número de documentos, sendo na maioria das vezes, textuais.

GABARITO OFICIAL: B**3.**

Em "a": Errado – Trata-se dos documentos de valor secundário, que pela sua natureza, faz-se necessária a guarda permanente.

Em "b": Certo – Valor primário é inerente a criação do documento, e se dá nas fases corrente e intermediária.

Em "c": Errado – Os documentos que tratam de comprovação de direito são os documentos com valor jurídico.

Em "d": Errado – Sinais de validação estão relacionados à garantia de autenticidade dos documentos, independentemente de esses serem arquivos ou não.

Em "e": Errado – Está relacionado a fatores de deterioração em acervos de arquivos.

GABARITO OFICIAL: B

4.

Em "a" e "c": Errado – São dois conceitos que comumente são considerados como sendo a mesma coisa, porém, a autenticidade refere-se à geração do documento e ao seu emissor, por isso se diz que um documento autêntico é aquele que se mantém da mesma forma como foi produzido, ao passo que, a veracidade está relacionada às informações.

Em "b": Errado – Trata-se de documento único dentro de um conjunto documental.

Em "d": Certo – Trata-se de atributo essencial para que um determinado conjunto de documentos seja considerado um arquivo.

Em "e": Errado – Um dos aspectos dos arquivos documentais é que eles traduzem a verdade, portanto, essa verdade deve ser mantida. Ex. em um processo de digitalização, a verdade documental é preservada pelos profissionais na digitalização documental.

GABARITO OFICIAL: D

CONTABILIDADE

Sobre a Autora

Tatiana de Souza Carvalho

Bacharel em Ciências Econômicas pela Fundação Instituto Tecnológico de Osasco-SP. MBA em Gestão Financeira e Controladoria pela Fundação Getúlio Vargas-SP. Curso de Formação de professores, realizado na UNIP-SP. Experiência profissional multidisciplinar, adquirida em empresas de serviços e comércio. Atuou na rotina administrativa e na financeira (contas a pagar e receber; fluxo de caixa; cobrança e faturamento; conciliação bancária; análise e conciliação contábil), operando sistemas de gestão como InterQuadran e Prosoft. Participação em vários cursos e palestras de desenvolvimento e aprimoramento nas áreas de Finanças, Administração e Contabilidade, em instituições importantes como: Corecon, BM&FBOVESPA, SENAI, SEBRAE e SENAC. Consultora voluntária em Gestão Social do Instituto GESC. Professora do Centro Paula Souza ETEC, onde lecionou os cursos de Logística, Administração, Finanças e Serviço Jurídico.

PLANO DE CONTAS

1. (TRE-BA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – CONTABILIDADE – MÉDIO – CESPE – 2017)

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa, ou exercidos com essa finalidade, incluídos os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, os riscos e o controle desses bens, são classificados

- a) no intangível.
- b) no ativo circulante.
- c) no ativo realizável em longo prazo.
- d) em investimentos.
- e) no ativo imobilizado.

CONTAS: TEORIA E CLASSIFICAÇÃO

2. (TRE-BA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – CONTABILIDADE – MÉDIO – CESPE – 2017)

Assinale a opção que apresenta apenas contas patrimoniais de natureza credora.

- a) duplicatas descontadas, adiantamento de sócios, reserva estatutária.
- b) provisão para férias, capital a integralizar, reservas para contingências.
- c) adiantamento a fornecedores, reserva legal, ICMS a recolher.
- d) depreciação acumulada, ações em tesouraria, salários a pagar.
- e) empréstimos bancários, provisão para créditos de liquidação duvidosa, adiantamento a empregados.

3. (TRE-SP – ANALISTA JUDICIÁRIO – CONTABILIDADE – SUPERIOR – FCC – 2017) É uma conta patrimonial que é creditada quando aumenta de valor:

- a) Duplicatas a Receber.
- b) Receitas Financeiras.
- c) Depreciação Acumulada.
- d) Despesas Antecipadas.
- e) Ações em Tesouraria.

ESCRITURAÇÃO E LANÇAMENTO CONTÁBIL

4. (TRE-BA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – CONTABILIDADE – MÉDIO – CESPE – 2017)

Em 31/12/2015, para receber determinada revista durante o ano de 2016, uma empresa pagou a uma banca de jornal o valor de R\$ 1.000.

Nessa situação, o efeito do registro contábil no ato da contratação foi um (a)

- a) receita da contratada no valor de R\$ 1.000.
- b) diminuição líquida de R\$ 1.000 no ativo circulante da contratante.
- c) aumento líquido de R\$ 1.000 no ativo circulante da contratante.
- d) despesa da contratante no valor de R\$ 1.000.
- e) aumento líquido de R\$ 1.000 no passivo circulante da contratada

1.

Em "a": Errado – Lei 6.404 - Art. 179 – As contas serão classificadas do seguinte modo:

VI – no intangível: os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

Imobilizado: são os ativos tangíveis de uso comum da empresa. Ex.: automóveis.

Em "b": Errado – Lei 6.404 - Art. 179 – As contas serão classificadas do seguinte modo:

I - no ativo circulante: as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte;

Em "c": Errado – Lei 6.404 - Art. 179 – As contas serão classificadas do seguinte modo:

II - no ativo realizável a longo prazo: os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas (artigo 243), diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia;

Em "d": Errado – Lei 6.404 - Art. 179 – As contas serão classificadas do seguinte modo:

III - em investimentos: as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa;

Em "e": Certo – Lei 6.404 - Art. 179 – As contas serão classificadas do seguinte modo:

IV - no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens;

GABARITO OFICIAL: E**2.**

Em "a": Certo – Duplicatas descontadas (passivo circulante - credora), adiantamento de sócios (passivo circulante - credora), reserva estatutária (patrimônio líquido - credora).

Em "b": Errado – Provisão para férias (passivo circulante - credora), capital a integralizar (retificadora do patrimônio líquido - devedora), reservas para contingências (patrimônio líquido - credora).

Em "c": Errado – Adiantamento a fornecedores (ativo circulante - devedora), reserva legal (patrimônio líquido - credora), ICMS a recolher (passivo circulante - credora).

Em "d": Errado – Depreciação acumulada (retificadora do ativo imobilizado - credora), ações em tesouraria (retificadora do patrimônio líquido - devedora), salários a pagar (passivo circulante - credora).

Em "e": Errado – Empréstimos bancários (passivo circulante - credora), provisão para créditos de liquidação duvidosa (retificadora do ativo - credora), adiantamento a empregados (ativo circulante - devedora).

GABARITO OFICIAL: A

3.

Em "a": Errado – Duplicatas a Receber = conta de natureza devedora, encontrada no Balanço Patrimonial, representa direitos contra credores.

Em "b": Errado – Receitas Financeiras = conta de natureza credora, encontrada na DRE, representa por exemplo juros recebidos.

Em "c": Certo – Depreciação Acumulada = conta de natureza credora, encontrada no Balanço Patrimonial, redutora do Ativo, representa por exemplo desgaste pelo uso de uma máquina.

Em "d": Errado – Despesas Antecipadas = conta de natureza devedora, encontrada no Balanço Patrimonial, representa por exemplo: juros a vencer.

Em "e": Errado – Ações em Tesouraria = conta de natureza devedora, encontrada no Balanço Patrimonial, redutora do patrimônio líquido.

Contas de natureza DEVEDORA, aumentam quando são debitadas.

Contas de natureza CREDORA, aumentam quando são creditadas.

GABARITO OFICIAL: C

4.

Em "a": Errado – A receita vai correr pelo regime da competência no contratado.

Em "b": Errado – O que o contratante irá fazer é uma permutação no seu ativo, sai dinheiro do caixa, contra um direito no ativo.

Em "c": Errado – Nesse momento não há despesa, mas sim, uma permutação no ativo.

Em "d": Errado – A despesa será reconhecida pelo regime da competência no contratante, assim como a receita no contratado.

Em "e": Certo – Os valores não são diretamente reconhecidos no resultado no ato da contratação em observância do regime de competência (apropria-se no resultado ao longo da vigência do contrato).

GABARITO OFICIAL: E

DIREITO CONSTITUCIONAL

Sobre o Autor

Ricardo Bispo Razaboni Junior

Mestrando em Teoria do Direito e do Estado pelo Centro Universitário Eurípides Soares da Rocha de Marília/SP. Bolsista CAPES/PROSUP. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Pós-graduando em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Graduado em Direito pela Fundação Educacional do Município de Assis. Membro do Grupo de Pesquisa REI (Relações Institucionais). Todos os lados do art. 2º da Constituição Federal e do Grupo de Pesquisa DiFuSo (Direitos Fundamentais Sociais), ambos cadastrados no diretório acadêmico de pesquisa do CNPQ. Professor de pós-graduação *lato sensu* em São Paulo. Professor de cursos preparatórios para concursos públicos. Realiza estágio-docência na graduação do curso de Direito do Centro Universitário Eurípides Soares da Rocha de Marília-SP. Advogado. Consultor Jurídico.

ORGANIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO

1. (TRE-BA – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – CESPE – 2017) A Constituição Federal de 1988 estabelece que os tribunais regionais eleitorais sejam compostos por dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral indicados pelo

- a) Tribunal de Justiça.
- b) Superior Tribunal de Justiça.
- c) presidente do Supremo Tribunal Federal.
- d) Tribunal Superior Eleitoral.
- e) presidente da República.

2. (TRE-PR – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – FCC – 2017) Os litígios entre organismos internacionais, de um lado, e Estados membros da Federação brasileira, de outro, são de competência

- a) originária do Superior Tribunal de Justiça e, mediante recurso ordinário, do Supremo Tribunal Federal.
- b) do Superior Tribunal de Justiça, mediante recurso ordinário, e do Supremo Tribunal Federal, nas hipóteses de cabimento de recurso extraordinário.
- c) do Superior Tribunal de Justiça, nas hipóteses de cabimento de recurso especial, e do Supremo Tribunal Federal, nas hipóteses de cabimento de recurso extraordinário.
- d) ordinária da Justiça Federal.
- e) originária do Supremo Tribunal Federal.

3. (TRE-PR – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – FCC – 2017) Considere as situações abaixo, no âmbito da Justiça Eleitoral.

I. Recurso interposto em face de decisão de Tribunal Regional Eleitoral que decreta a perda de mandado de Deputado Estadual.

II. Recurso interposto em face de acórdão de Tribunal Regional Eleitoral que discute matéria constitucional.

III. Exceção em que arguida a suspeição da maioria dos membros efetivos de Tribunal Regional Eleitoral, para o julgamento de determinada causa, por fundamentos comuns a todos.

Compete ao Tribunal Superior Eleitoral o julgamento APENAS de

- a) I.
- b) III.
- c) I e III.
- d) I e II.
- e) II e III.

GABARITO COMENTADO

1.

Em concordância com a letra de lei, expressa em seu art. 120, III, da CF, é o Tribunal de Justiça. Ou seja, não podendo ser o STJ, nem o Presidente do STF, TSE e nem o presidente da República.

GABARITO OFICIAL: A

2.

Em "a": Errado – Conforme art. 102, da CF, é do STF.

Em "b": Errado – Não são de competência do STJ.

Em "c": Errado – Não são de competência do STJ.

Em "d": Errado – É de competência do STF.

Em "e": Certo – Em concordância com o art. 102 – Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I - processar e julgar, originariamente: e) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.

GABARITO OFICIAL: E

3.

Afirmativa I – Verdadeiro – Está conforme a CF, art. 121, § 4º, IV – Anulem diplomas ou decretarem a perda de mandatos eletivos federais ou estaduais.

Afirmativa II – Verdadeiro – Está conforme a CF, art. 121, § 4º – Das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais somente caberá recurso quando: I - forem proferidas contra disposição expressa desta Constituição ou de lei.

Afirmativa III – Falso – "Dirigida a arguição de suspeição a maioria dos juízes efetivos do TRE, por fundamentos comuns a todos os excetos, desloca-se para o STF a competência originaria para processar e julgar a própria exceção e não apenas o agravo regimental da decisão do relator, na Corte de origem, que liminarmente a rejeitara: incidente, em tal hipótese, o art. 102, I, "n", CF, não cabe declinar da competência questionada para o TSE, ainda que, em recurso pendente e de sua competência, se tenha preliminarmente alegado a suspeição objeto da exceção anterior" (AO 202 QO, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Tribunal Pleno, julgado em 03/11/1993, DJ 11-03-1994).

GABARITO OFICIAL: D

DIREITO ADMINISTRATIVO

Sobre a Autora

Bruna Pinotti Garcia Oliveira

Doutoranda do programa de pós-graduação *stricto sensu* da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB, na área de Direito, Estado e Constituição, linha de pesquisa “Transformações na Ordem Social e Econômica e Regulação”. Mestranda bolsista (CAPES/PROSUP Modalidade 1) em Direito pelo Centro Universitário “Eurípides Soares da Rocha” – UNIVEM. Professora universitária efetiva da Universidade Federal de Goiás – UFG, cadeira de direito processual civil e prática processual. Professora de curso preparatório para concursos em todo o país, entre eles Focus Concursos, Grupo Nova, Instituto Rodolfo Souza e PCI concursos. Professora dos Programas “Saber Direito” e “Direito sem Fronteiras”, na TV Justiça, em Brasília/DF. Autora de diversos trabalhos científicos publicados em revistas qualificadas, livros e anais de eventos, notadamente na área do direito eletrônico e dos direitos humanos. Advogada e consultora jurídica.

PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO

1. (TRE-RO – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC – 2013) O Supremo Tribunal Federal, em importante julgamento, considerou constitucional a divulgação, em sítio eletrônico de determinada Prefeitura, da remuneração bruta dos servidores, dos cargos e funções por eles titularizados e dos órgãos de sua lotação. Em suma, considerou que inexistente, na hipótese, ofensa à intimidade ou vida privada, pois os dados, objeto da divulgação, dizem respeito a agentes públicos, isto é, agentes estatais agindo nessa qualidade. A decisão citada encontra-se em fiel observância ao seguinte princípio da Administração pública:

- a) Motivação.
- b) Eficiência.
- c) Supremacia do Interesse Privado.
- d) Proporcionalidade.
- e) Publicidade.

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

2. (TRE-SP – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC – 2017) A Administração pública, quando se organiza de forma descentralizada, contempla a criação de pessoas jurídicas, com competências próprias, que desempenham funções originariamente de atribuição da Administração direta. Essas pessoas jurídicas:

- a) quando constituídas sob a forma de autarquias, podem ter natureza jurídica de direito público ou privado, podendo prestar serviços públicos com os mesmos poderes e prerrogativas que a Administração direta.
- b) podem ter natureza jurídica de direito privado ou público, mas não estão habilitadas a desempenhar os poderes típicos da Administração direta.
- c) desempenham todos os poderes atribuídos à Administração direta, à exceção do poder de polícia, em qualquer de suas vertentes, privativo da Administração direta, por envolver limitação de direitos individuais.
- d) quando constituídas sob a forma de autarquias, possuem natureza jurídica de direito público, podendo exercer poder de polícia na forma e limites que lhe tiverem sido atribuídos pela lei de criação.
- e) terão natureza jurídica de direito privado quando se tratar de empresas estatais, mas seus bens estão sujeitos a regime jurídico de direito público, o que também se aplica no que concerne aos poderes da Administração, que desempenham integralmente, especialmente poder de polícia.

3. (TRE-RO – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – FCC – 2013) Os Órgãos Públicos, quanto à esfera de ação, classificam-se em centrais e em locais. Constituem exemplos de órgãos públicos locais:

- a) Secretarias de Estado.
- b) Ministérios.
- c) Delegacias de Polícia.
- d) Secretarias de Município.
- e) Casas Legislativas.

PODERES DA ADMINISTRAÇÃO

4. (TRE-RO – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC – 2013)

Considere as seguintes atividades:

I. Limita direitos.

II. Disciplina direitos.

III. Regula a prática de ato.

IV. Regula a abstenção de fato.

Considera-se poder de polícia, desde que preenchidos os demais requisitos legais, as atividades da Administração pública descritas em:

- a) III e IV, apenas.
- b) I, II, III e IV.
- c) I e III, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.
- e) II e IV, apenas.

5. (TRE-SP – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC – 2017)

Dentre as diversas atividades realizadas pelo Estado, no desempenho de suas funções executivas, representam expressão de seu poder de polícia:

- a) a regulação ou poder regulamentar, que visam conformar, de forma restritiva ou indutiva, as atividades econômicas aos interesses da coletividade, podendo abranger medidas normativas, administrativas, materiais, preventivas e fiscalizatórias e sancionatórias.
- b) as medidas disciplinares e hierárquicas adotadas para conformação da atuação dos servidores públicos e dos contratados pela Administração às normas e posturas por essa impostas.
- c) a fiscalização e autuação de condutores exercidas pelas autarquias que desempenham serviços públicos rodoviários.
- d) a autotutela exercida pela Administração pública sobre seus próprios atos, que inclui a possibilidade de revisão e anulação dos mesmos.
- e) a imposição de multas contratuais a empresas estatais exploradoras de atividades econômicas ou prestadoras de serviços públicos, que também exercem poder de polícia ao impor multas a usuários dos serviços e atividades que prestam.

1.

Em "a", embora a motivação exista, ela aborda outro princípio da administração, a publicidade.

Em "b", a eficiência se relaciona à qualidade e à economicidade do ato.

Em "c", vigora, no Direito Administrativo, a supremacia do interesse público.

Em "d", todo ato praticado no âmbito da administração deve ser proporcional, mas a proporcionalidade é apenas um vetor de interpretação de outros princípios.

Em "e", de acordo com Alexandre Mazza, o princípio da publicidade pode ser definido como o dever de divulgação oficial dos atos administrativos (artigo 2º, parágrafo único, V, Lei nº 9.784/99). Tal princípio encarta-se num contexto geral de livre acesso dos indivíduos a informações de seu interesse e de transparência na atuação administrativa.

GABARITO OFICIAL: E**2.**

Em "a", "b" e "e", autarquias apenas podem ser pessoas jurídicas de direito público (artigo 41, IV, CC) e desempenham poderes e prerrogativas típicos da administração direta (artigo 5º, I, Decreto-Lei nº 200/67).

Em "c", não existe impedimento para que as autarquias desempenhem poder de polícia, sendo um exemplo quando agências de vigilância sanitária atuam contra estabelecimentos que não preencham condições sanitárias.

Em "d", nos termos do artigo 5º, I, Decreto-Lei nº 200/67, autarquia é "o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada". Dentre tais atividades, incluem-se as de poder de polícia que lhe forem atribuídas.

GABARITO OFICIAL: D**3.**

Em "a", "b" e "d", órgãos centrais são os que atuam em toda a jurisdição da unidade federativa, no caso, pensando em Poder Executivo, na União são os Ministérios, nos Estados são as Secretarias de Estado e nos Municípios são as Secretarias de Município.

Em "c", órgãos locais são os que atuam sobre uma parte do território, como as Delegacias Regionais da Receita, Delegacias de Polícia e outros. Observe todos os órgãos apontados nas assertivas. Sem dúvidas, a Delegacia de Polícia é o menos abrangente, pois nos municípios maiores são várias e com circunscrições diversas na própria localidade.

Em "e", Casas Legislativas são órgãos centrais do Poder Legislativo.

GABARITO OFICIAL: C

4.

Todos os elementos descritos nos itens I, II, III e IV se evidenciam no artigo 78 do Código Tributário Nacional apresenta o seguinte conceito: “considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, **limitando** ou **disciplinando** direito, interesse ou liberdade, **regula a prática de ato ou abstenção de fato**, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos”. Assim, todos os itens estão corretos.

GABARITO OFICIAL: B

5.

Em “a”, a assertiva se refere ao poder regulamentar, o qual abrange a edição de normas gerais e abstratas para a aplicação da lei, as quais não podem criar direitos e obrigações.

Em “b”, abordam-se os poderes disciplinar, referente à aplicação de sanções aos servidores e terceiros que se relacionam com a administração, e hierárquico, referente à organização interna escalonada dentro dos órgãos públicos.

Em “c”, considerando que o poder de polícia é tipicamente apto a restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, há que se verificar nos casos de fiscalização do atendimento das ordens emanadas da autoridade competente, como é o caso de mecanismos para fiscalizar e autuar infrações de trânsito.

Em “d”, a autotutela é a capacidade de a Administração Pública de rever seus próprios atos, revogando-os ou anulando-os, decorrente do poder hierárquico.

Em “e”, apenas é possível a delegação de funções do poder de polícia nos aspectos consentimento e fiscalização, não para sanção. No caso, empresas estatais não podem impor multas, o que se refere ao aspecto sanção. Há que se ressaltar, quanto às multas, que no máximo é possível delegar a fiscalização que implica numa posterior imposição.

GABARITO OFICIAL: C

DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Sobre o Autor

Carlos Vicente Coutinho Neto

Licenciado em Direito pelo Centro Paula Souza. Pós-graduado em Direito Processual Civil pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Graduado em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Coordenador do Curso Técnico de Recursos Humanos da ETEC Professor André Bogasian – Osasco-SP. Professor concursado do Centro Paula Souza, leciona Legislação Empresarial, Legislação e Relações Trabalhistas, Práticas de Departamento Pessoal, Ética e Cidadania Organizacional e Legislação Previdenciária e Tributária. Advogado. Consultor Jurídico.

DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

1. (TRE-PR – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC – 2017) Uma pessoa com deficiência pleiteou o recebimento de atendimento prioritário para dois casos: um relacionado ao acesso de informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis, e, o outro, ao serviço de emergência. Sobre esse assunto, a Lei nº 13.146/2015 estabelece que

- a) não há previsão legal para prioridade a assuntos relacionados a acesso de informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis.
- b) a prioridade é personalística, não podendo ser estendida a acompanhantes ou atendentes pessoais.
- c) o atendimento ao pleiteado está condicionado às possibilidades materiais e humanas da pessoa jurídica de direito público ou privado à qual solicitado o serviço.
- d) questões afetas à comunicação e informação não estão de nenhuma forma inseridas no conceito de barreiras ou entraves, estando fora do que disciplina a Lei nº 13.146/2015.
- e) nos serviços de emergência públicos e privados, a prioridade é condicionada aos protocolos de atendimento médico.

2. (TRE-PR – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC – 2017) A Lei nº 13.146/2015 estabelece para a pessoa com deficiência direitos à vida, habilitação e à reabilitação, à saúde, à educação, à moradia, ao trabalho, à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer, ao transporte e à mobilidade, à assistência social e à previdência social. Esses direitos são denominados como

- a) sociais.
- b) inclusivos.
- c) humanitários.
- d) fundamentais.
- e) igualitários.

3. (TRE-PR – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC – 2017) As disposições gerais da Lei nº 13.146/2015, que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência, estabelece que

- a) acessibilidade é um conceito ligado a produtos, equipamentos, dispositivos e outros que objetivem qualidade de vida e inclusão social.
- b) pessoas com criança de colo não estão incluídas no conceito de “pessoa com mobilidade reduzida”.
- c) a avaliação da deficiência obrigatoriamente será biopsicossocial e será realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
- d) qualquer entrave que limite ou impeça o exercício de direitos como acessibilidade e liberdade de movimento são denominadas barreiras.
- e) barreira urbanística são os entraves existentes nos edifícios públicos e privados.

1.

Nos termos da Lei nº 13.146/2015, para casos emergenciais, a prioridade é condicionada aos protocolos de atendimento médico (vide art. 9º, § 2º, da referida Lei), portanto, correta a alternativa “e”.

Em “a”, deve-se observar que há garantia de atendimento prioritário para acesso às informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis (vide art. 9º, II). Assim sendo, é o contrário do asseverado na alternativa.

Em “b”, há outra incorreção, nos termos do art. 9º, § 1º, tanto o atendente pessoal quanto o acompanhante (vide art. 3º, XII e XIV) possuem, por extensão, direito a atendimento prioritário, exceto para restituição de imposto de renda e tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos.

Uma pequena observação em relação à correção gramatical deve ser observada aqui: a palavra “extendida” se grafia com “s” e não com “x”, como consta na avaliação.

Em “c”, o erro se refere ao fato de que a Lei 13.146/2017 não oferece as limitações referidas na questão. Na realidade, o atendimento prioritário é um direito da pessoa com deficiência, e deve ser garantido em qualquer instituição e/ou serviços de atendimento público.

Em “d”, definiu-se equivocadamente o conceito de “barreiras”, pois estas incluem qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limita ou impeça o exercício dos direitos à comunicação e ao acesso à informação. Vide também a este respeito o disposto no art. 3º, IV, *d*, em que se define o conceito de “barreiras nas comunicações e na informação”.

GABARITO OFICIAL: E**2.**

A Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), conforme disposto em seu art. 1º, destina-se a assegurar e a promover o exercício dos direitos fundamentais e das liberdades fundamentais pelas pessoas com deficiência. O Título II da referida Lei destaca os direitos fundamentais que devem ser garantidos à pessoa com deficiência. Ademais, tais direitos são praticamente os mesmos garantidos ao cidadão brasileiro em geral pelo Título II (Dos Direitos e Garantias Fundamentais) da Constituição Federal de 1988, o qual contém os capítulos 5º ao 17, englobando vários dos chamados direitos humanos de primeira e segunda geração (ou dimensão).

Portanto, a assertiva que contém os direitos fundamentais é a “d”, sendo esta a correta. Incorretas, portanto, as alternativas “a”, “b”, “c” e “e”.

GABARITO OFICIAL: D**3.**

Em “a”: Certo – Assertiva correta, pois está de acordo com o art. 4º, IV, do Estatuto. Em “b”: Errado – Há uma afirmação incorreta, pois aqui se encontra conceito de tecnologia assistiva ou ajuda técnica, contido no art. 3º do Estatuto.

Em "c": Errado – Afirmação incorreta, pois a pessoa com criança de colo é considerada com mobilidade reduzida, nos termos do inciso IX do art. 3º, do Estatuto.
Em "d": Errado – A incorreção se deve ao fato de contrariar o disposto no art. 2º, § 1º, do Estatuto, onde se lê que a avaliação será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

EM "e": Errado – Nota-se que é incorreta, pois o conceito apresentado é o de barreira arquitetônica, contido no art. 3º, IV, *b*, do referido Estatuto.

GABARITO OFICIAL: A

DIREITO CIVIL

Sobre a Autora

Mariela Cardoso

Jornalista e advogada, graduada na Universidade de Marília e Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM). Especialista pela Fundação Getúlio Vargas. Coordenadora de Políticas para as Mulheres do Município de Marília-SP. Professora especializada.

1. (TRE-PR – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – FCC – 2017) Considere as afirmações abaixo a respeito da teoria do adimplemento substancial.

I. Embora não esteja expressamente prevista na legislação, a jurisprudência, com base na doutrina, tem admitido esta teoria para evitar a rescisão do contrato.

II. Foi expressamente prevista na legislação civil e sua adoção evita a resolução do contrato, quando ocorrer inadimplemento mínimo.

III. Caso adotada, apesar de a obrigação contratualmente estabelecida não ter sido cumprida totalmente, se ela foi adimplida substancialmente, apenas se admitirá a resolução do contrato, mas impede a condenação em indenização por perdas e danos, se o devedor agiu de boa-fé.

IV. Se adotada, não impedirá o credor de receber o que lhe é devido.

V. Apesar de prevista em lei, com a vigência do Código Civil de 2002, foi abandonada, em razão da regra que impõe a observância da boa-fé.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e IV.
- b) II e IV.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) IV e V.

2. (TRE-TO – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – CESPE – 2017) De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro,

- a) o princípio da obrigatoriedade das leis é incompatível com o instituto do erro de direito.
- b) em relação à eficácia da lei no tempo, a retroatividade de uma lei no ordenamento jurídico será máxima.
- c) adota-se, quanto à eficácia da lei no espaço, o princípio da territorialidade mitigada.
- d) em caso de omissão da lei, o juiz decidirá o caso de acordo com as regras de experiência.
- e) será admitida correção de texto legal apenas antes de a lei entrar em vigor.

3. (TRE-RJ – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – CONSULPLAN – 2017) No tocante à Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, interprete o caso proposto e assinale a afirmativa juridicamente verdadeira. "A Lei nº 8.112 – 90 previa o direito de licença por assiduidade para os servidores federais. Posteriormente, a Lei nº 9.527 – 97 revogou o referido direito e o substituiu por um direito à licença para capacitação. Supondo que seja aprovada a Lei "X" em 2017 revogando a Lei nº 9.527 – 97, poder-se-á concluir que

- a) não existindo disposição em contrário, a Lei "X" terá vigência de cinco anos, prescrevendo após este período.

- b) com a revogação da Lei nº 9.527 – 97, fica restaurado o direito de licença por assiduidade dos servidores federais.
- c) salvo disposição em contrário, a Lei “X” começa a vigorar quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- d) a lei nova, em regra, tem vigência retroativa, cassando as licenças dos servidores federais que já se encontravam em gozo do direito.

4. (TRE-SP – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – FCC – 2017) André adquiriu um terreno onde pretendia construir uma fábrica de tintas. Na época da aquisição, não havia lei impedindo esta atividade na região em que se localizava o terreno. Passado o tempo, porém, antes de André iniciar qualquer construção, sobreveio lei impedindo o desenvolvimento de atividades industriais naquela área, por razões ambientais. A lei tem efeito

- a) imediato e atinge André, que não tem direito adquirido ao regime jurídico anterior a seu advento.
- b) retroativo e atinge André, por tratar de questão de ordem pública.
- c) imediato, mas não atinge André, que possui direito adquirido ao regime jurídico anterior a seu advento.
- d) retroativo, mas não atinge André, que possui direito adquirido ao regime jurídico anterior a seu advento.
- e) retroativo mas não atinge André, por tratar de direito disponível.

5. (TRE-PI – ANALISTA JUDICIÁRIO – JUDICIÁRIA – CESPE – 2016) O aplicador do direito, ao estender o preceito legal aos casos não compreendidos em seu dispositivo, vale-se da

- a) interpretação teleológica.
- b) socialidade da lei.
- c) interpretação extensiva.
- d) analogia.
- e) interpretação sistemática.

1.

Afirmativa I – Verdadeiro – Embora não esteja expressamente prevista na legislação, a jurisprudência, com base na doutrina, tem admitido esta teoria para evitar a rescisão do contrato.

Afirmativa II – Falso – Foi expressamente prevista na legislação civil e sua adoção evita a resolução do contrato, quando ocorrer inadimplemento mínimo.

Afirmativa III – Falso – Caso adotada, apesar de a obrigação contratualmente estabelecida não ter sido cumprida totalmente, se ela foi adimplida substancialmente, apenas se admitirá a resolução do contrato, mas impede a condenação em indenização por perdas e danos, se o devedor agiu de boa-fé.

Afirmativa IV – Verdadeiro – Se adotada, não impedirá o credor de receber o que lhe é devido.

Afirmativa V – Falso – Apesar de prevista em lei, com a vigência do Código Civil de 2002, foi abandonada, em razão da regra que impõe a observância da boa-fé.

GABARITO OFICIAL: A**2.**

a) O “erro de Direito” que está no art. 139, III do CC, é considerado uma Lei Especial e o Princípio da Obrigatoriedade das Leis do art. 3º da LIND, é uma Norma de aplicação geral. Desta forma, não há que falar em incompatibilidade entre as leis.

b) Sendo a retroatividade uma exceção, esta deve ser mínima. Existe a retroatividade Máxima, média e mínima: Máxima - lei retroage e atinge os fatos já consumados; média - a lei atinge apenas os fatos pendentes; mínima - a lei não atinge atos nem fatos pretéritos e nem efeitos pendentes.

c) Art. 17. As leis, atos e sentenças de outro país, bem como quaisquer declarações de vontade, não terão eficácia no Brasil, quando ofenderem a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes. E para ter eficácia, os atos, sentenças e declarações devem se homologadas pelo STJ.

d) Art. 4º Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.

e) Art. 1º Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.

§ 4º As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.

GABARITO OFICIAL: C**3.**

a) Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue. (Vide Lei nº 3.991, de 1961)

b) Com a revogação da Lei nº 9.527/97, fica restaurado o direito de licença por assiduidade dos servidores federais. Não cabe repristinação tácita no direito civil

c) Art. 1º Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.

d) Art. 6º A Lei em vigor terá efeito imediato e geral (Isto quer dizer que a lei nova atinge os casos pendentes e futuros que se realizarem já sob sua vigência, não abrangendo os fatos passados).

GABARITO OFICIAL: C

4.

a) Art. 6º A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

§ 1º Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.

§ 2º Consideram-se adquiridos assim os direitos que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo pré-fixo, ou condição pré-estabelecida inalterável, a arbítrio de outrem.

b), c), d) e e) Direito adquirido é o que já se incorporou definitivamente ao patrimônio e à personalidade de seu titular, seja por se ter realizado o termo estabelecido, seja por se ter implementado a condição necessária. Em questão, se André já tivesse construído sua casa, aí sim teria direito adquirido, mas como isso não aconteceu, com a lei, não poderá mais construir.

GABARITO OFICIAL: A

5.

a) A interpretação sociológica ou teleológica tem por objetivo adaptar o sentido ou finalidade da norma às novas exigências sociais, com abandono do individualismo que preponderou no período anterior à edição da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Tal recomendação é endereçada ao magistrado no art. 5º da referida lei, que assim dispõe: “Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se destina e às exigências do bem comum” (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro, volume 1 : parte geral. 11.ed. – São Paulo : Saraiva, 2013).

b) O princípio da socialidade, acolhido pelo novo Código Civil, reflete a prevalência dos valores coletivos sobre os individuais. (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro, volume 1 : parte geral. 11.ed. – São Paulo : Saraiva, 2013).

c) Na extensiva ou ampliativa, o intérprete conclui que o alcance ou espírito da lei é mais amplo do que indica o seu texto, abrangendo implicitamente outras situações. (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro, volume 1 : parte geral. 11.ed. – São Paulo : Saraiva, 2013).

d) Analogia: a norma é aplicada a hipótese não compreendida no seu conteúdo, nem prevista em seu espírito. Interpretação Analógica: a norma é aplicada a hipótese não prevista em seu conteúdo, mas compreendida em seu espírito.

e) A interpretação sistemática parte do pressuposto de que uma lei não existe isoladamente e deve ser interpretada em conjunto com outras pertencentes à mesma província do direito, levando-se em conta, às vezes, o livro, o título, o capítulo, a seção e o parágrafo. (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro, volume 1 : parte geral. 11.ed. – São Paulo : Saraiva, 2013).

GABARITO OFICIAL: D

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Sobre a Autora

Greice Aline da Costa Sarquis Pinto

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Alta Paulista (FADAP/FAP). Membro da Comissão do Jovem Advogado na 34ª Subseção de Tupã-SP. Advogada inscrita na OAB-SP, sob nº 298.596.

DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA

1. (TRE-BA – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – CESPE – 2017)

De acordo com o CPC, é atribuição expressa do chefe de secretaria redigir, na forma legal,

- a) ordens judiciais.
- b) intimações.
- c) citações.
- d) mandados.
- e) decisões interlocutórias.

ATOS PROCESSUAIS

2. (TRE-TO – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – CESPE – 2017) No que concerne ao agravo interno, à comunicação dos atos processuais, aos prazos e à desconsideração da personalidade jurídica, julgue os seguintes itens.

I - Ao prolatar voto em julgamento de agravo interno, o relator pode se limitar a reproduzir a decisão agravada para se manifestar pela improcedência do recurso.

II - Na execução de título extrajudicial, é possível que o executado seja citado pelo correio.

III - Os prazos processuais do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública ficam suspensos no período compreendido entre 20 de dezembro e 20 de janeiro.

IV - É vedado à parte requerer a desconsideração da personalidade jurídica na petição inicial.

De acordo com a legislação processual civil, estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) I, III e IV.

1.

Em "a": Errado.

Em "b": Errado.

Em "c": Errado.

Em "d": Certo – De acordo com o CPC, é atribuição expressa do chefe de secretaria redigir, na forma legal, mandados. "Art. 152: Incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria: I - redigir, na forma legal, os ofícios, os mandados, as cartas precatórias e os demais atos que pertençam ao seu ofício;"

Em "e": Errado.

O fundamento para as alternativas A, B, C e E está no artigo 152 e 154 do CPC que leciona:

Art. 152. Incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria:

I - redigir, na forma legal, os ofícios, os mandados, as cartas precatórias e os demais atos que pertençam ao seu ofício;

II - efetivar as ordens judiciais, realizar citações e intimações, bem como praticar todos os demais atos que lhe forem atribuídos pelas normas de organização judiciária;

III - comparecer às audiências ou, não podendo fazê-lo, designar servidor para substituí-lo;

V - fornecer certidão de qualquer ato ou termo do processo, independente de despacho, observadas as disposições referentes ao segredo de justiça;

I - praticar, de ofício, os atos meramente ordinatórios.

IV - manter sob sua guarda e responsabilidade os autos, não permitindo que saiam do cartório, exceto:

a) quando tenham de seguir à conclusão do juiz;

b) com vista a procurador, à Def. Pública, ao MP ou à Fazenda Pública;

c) quando devam ser remetidos ao contabilista ou ao partidor;

d) quando forem remetidos a outro juízo em razão da modificação da competência;

Art. 154. Incumbe ao oficial de justiça:

I - fazer pessoalmente citações, prisões, penhoras, arrestos e demais diligências próprias do seu ofício, sempre que possível na presença de 2 (duas) testemunhas, certificando no mandado o ocorrido, com menção ao lugar, ao dia e à hora;

II - executar as ordens do juiz a que estiver subordinado;

III - entregar o mandado em cartório após seu cumprimento;

IV - auxiliar o juiz na manutenção da ordem;

V - efetuar avaliações, quando for o caso;

VI - certificar, em mandado, proposta de autocomposição apresentada por qualquer das partes, na ocasião de realização de ato de comunicação que lhe couber.

Parágrafo único. Certificada a proposta de autocomposição prevista no inciso VI, o juiz ordenará a intimação da parte contrária para manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sem prejuízo do andamento regular do processo, entendendo-se o silêncio como recusa.

GABARITO OFICIAL: D

2.

Afirmativa I – Falso – Art.1.021 § 3º – É vedado ao relator limitar-se à reprodução dos fundamentos da decisão agravada para julgar improcedente o agravo interno. Afirmativa II – Verdadeiro – Pois o CPC de 1.973 vedava a citação pelo correio nos processos de execução. No entanto, o NCPC não repetiu tal vedação.

Art. 247. A citação será feita pelo correio para qualquer comarca do país, exceto:

I - nas ações de estado, observado o disposto no art. 695, § 3º;

II - quando o citando for incapaz;

III - quando o citando for pessoa de direito público;

IV - quando o citando residir em local não atendido pela entrega domiciliar de correspondência;

V - quando o autor, justificadamente, a requerer de outra forma.

Afirmativa III – Verdadeiro – Art. 220 – Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive.

§ 1º Ressalvadas as férias individuais e os feriados instituídos por lei, os juízes, os membros do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública e os auxiliares da Justiça exercerão suas atribuições durante o período previsto no caput.

O Enunciado nº 32 do Fórum Nacional do Poder Público dispõe: “A suspensão dos prazos processuais do período de 20 de dezembro a 20 de janeiro aplica-se à advocacia pública, sem prejuízo das demais atribuições administrativas do órgão”.

Afirmativa IV – Falso – Art. 134 – O incidente de descon sideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.

§ 2º Dispensa-se a instauração do incidente se a descon sideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica.

GABARITO OFICIAL: B

DIREITO PENAL

Sobre o Autor

Diego Luiz Victório Pureza

Pós-Graduado em Ciências Penais pela Universidade Anhanguera Uniderp - LFG. Pós-Graduado em Docência do Ensino Superior pela Universidade Anhanguera Uniderp - LFG. Pós-Graduado em Corrupção: Controle e Repressão a Desvios de Recursos Públicos pela Universidade Estácio de Sá. Bacharel em Direito pela Universidade Anhanguera Educacional de Jacareí. Sócio, Diretor Administrativo e Professor do Burke Instituto Conservador. Coordenador e Professor de Direito Penal e Criminologia da Nova Concursos. Professor de Direito Penal, Direito Processual Penal, Criminologia e Legislação Especial de diversos cursos preparatórios para concursos públicos. Palestrante com ênfase em temas penais e autor de artigos e obras jurídicas. Advogado.

APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO

1. (TRE-RJ – ANALISTA JUDICIÁRIO – CONSULPLAN – 2017) “João da Silva atira contra ‘X’ no dia 29/5, tendo ‘X’ falecido 20 dias depois.” Sobre o tempo do crime, o Código Penal adota a teoria:

- a) Ubiquidade.
- b) Da atividade.
- c) Do resultado.
- d) Ambivalência.

2. (TRE-AP – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC – 2015) Fausto foi condenado por sentença transitada em julgado por crime cometido em 2010, encontrando-se em cumprimento da pena de 10 anos. Em 2015, entrou em vigor uma lei que não mais considera como crime a conduta que levou Fausto à prisão. Neste caso, Fausto

- a) será beneficiado pela nova lei, pois a lei penal retroage.
- b) não será beneficiado pela nova lei, pois a Constituição Federal garante a irretroatividade da lei penal.
- c) será beneficiado pela nova lei apenas se esta favorecer ao menos 10 condenados.
- d) não será beneficiado pela nova lei, pois a Constituição garante a retroatividade apenas da lei civil.
- e) não será beneficiado pois a nova lei não pode prejudicar a coisa julgada.

TEORIA DO CRIME

3. (TRE-CE – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC – 2012) Sobre o crime, de acordo com o Código Penal, é correto afirmar:

- a) Pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que o houver causado dolosamente.
- b) Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta ou relativa do meio, é impossível consumir-se o crime.
- c) O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena e, se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.
- d) O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena e serão consideradas, neste caso, também, as condições ou qualidades da vítima.
- e) Se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência a ordem, ainda que não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.

1.

A questão inicia com um caso hipotético apenas para ilustrar, isso porque a questão não exige a análise de nenhum detalhe do respectivo caso. O que o examinador exigiu foi apenas a adoção da teoria adotada pelo Código Penal quanto ao tempo do crime

Em "a": Errado – A Teoria da Ubiquidade (também chamada de Teoria Mista) leva em consideração a análise da conduta (ação ou omissão) e do resultado, sendo a teoria adotada pelo Código Penal quanto ao Lugar do crime, conforme art. 6º do CP, e não em relação ao Tempo do crime.

Em "b": Certo – O art. 4º do CP adotou a Teoria da Atividade, considerando-se Tempo do crime o momento da ação ou omissão (conduta), não sendo considerando o momento eventual em que o resultado criminoso possa ter sido produzido.

Em "c": Errado – A Teoria do Resultado não é adotada pelo Código Penal Brasileiro, seja em relação ao Tempo, seja em relação ao Lugar do crime (não de forma isolada, mas apenas como uma das características da Teoria da Ubiquidade, em relação ao Lugar do Crime).

Em "d": Errado – A alternativa apresenta nomenclatura não relacionada ao Direito Penal, provavelmente na falta de outras teorias para que fosse apontada como alternativa errada.

GABARITO OFICIAL: B**2.**

Em "a": Certo – Trata-se de lei posterior de descriminaliza a conduta praticada por Fausto. No sistema penal brasileiro, toda lei nova que de qualquer forma beneficie o agente retroagirá. É a aplicação excepcional da retroatividade da lei penal benéfica. No caso do instituto do 'abolitio criminis' (descriminalização da conduta), a previsão legal encontra-se no art. 2º do Código Penal.

Em "b": Errado – A CF, assim como o Código Penal, aponta a irretroatividade da lei penal como regra. No entanto, excepcionalmente reconhece a possibilidade da retroatividade da lei penal que de qualquer forma venha a favorecer o agente.

Em "c": Errado – A lei penal em nenhum momento condiciona a retroatividade da lei penal benéfica ao número de eventuais beneficiados.

Em "d": Errado – A exceção da retroatividade da lei benéfica prevista na CF, de fato, refere-se à lei penal, vide argumentos da alternativa "b".

Em "e": Errado – Trata-se de armadilha clássica em provas e concursos públicos. Nesse sentido, o(a) candidato(a) deve ficar atento pois a lei penal não condiciona a retroatividade da lei penal benéfica a nenhum marco temporal. Não há qualquer previsão limitando a retroatividade desde que antes do trânsito em julgado. Ainda que o agente tenha, inclusive, cumprido pena, poderá ser beneficiado, por exemplo, pelo instituto do 'abolitio criminis', acarretando, dentre outros reflexos, o afastamento da reincidência, maus antecedentes, etc.

GABARITO OFICIAL: A

3.

A questão exige, basicamente, memorização de pontos importantes do Código Penal relativa à teoria do crime.

Em "a": Errado – Art. 19, CP: "Pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que o houver causado ao menos culposamente".

Em "b": Errado – Art. 17, CP: "Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime".

Em "c": Certo – É o que espelha o Art. 21, CP: "O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço".

Em "d": Errado – Art. 20, § 3º: "O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena. Não se consideram, neste caso, as condições ou qualidades da vítima, senão as da pessoa contra quem o agente queria praticar o crime".

Em "e": Errado – Segundo o art. 22 do Código Penal, para que a culpabilidade seja afastada é necessário que a coação irresistível ou a estrita obediência a ordem de superior hierárquico sejam manifestamente ilegais.

GABARITO OFICIAL: C

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Sobre o Autor

Rodrigo de Carvalho Gonçalves

Graduação em Direito pelo Centro Universitário Salesiano São Paulo, UNISAL (Lorena-SP). Pós-graduação em Direito Público pelo Centro Universitário Salesiano São Paulo, UNISAL. Pós-graduando em Planejamento, Implementação e Gestão de EAD pela Universidade Federal Fluminense, UFF. Pós-graduação em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul, USCS. Direito Internacional dos Conflitos Armados e Direitos Humanos pelo Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, CIEAR. O Novo CPC, aspectos práticos após a entrada em vigor pelo Curso Êxito. Direito Penal Internacional na Era dos Direitos Humanos pela Escola Judiciária Militar do Estado de São Paulo, EJM. Elementos de Direito Processual Penal Militar pela Escola Judiciária Militar do Estado de São Paulo, EJM. Policial Judiciário Militar pela Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo, CORREG. Policial Judiciário Militar pelo Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, CIEAR. Leciona Direito Penal Militar e Processo Penal Militar no Curso Êxito na modalidade EaD, e tutor de Noções de Direito Constitucional na EEAR. Acrescentam-se ainda as instruções teóricas, práticas e de legislação de tiro com armas terrestres de uso da Força Aérea Brasileira, com ênfase nos calibres 9mm e 5,56mm.

INQUÉRITO POLICIAL

1. (TRE-PB – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC – 2007)

De acordo com o Código de Processo Penal, o inquérito policial

- a) deverá terminar no prazo de quinze dias se o indiciado tiver sido preso em flagrante.
- b) será iniciado, nos crimes de ação pública, exclusivamente mediante requisição do Ministério Público ou requerimento do ofendido ou de seu representante legal.
- c) não poderá ser arquivado pela autoridade policial, ainda que fique comprovada a inexistência do fato ou que o fato não constituía crime.
- d) deverá terminar no prazo de sessenta dias quando o indiciado estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
- e) é um ato de jurisdição e seus vícios afetaram a ação penal a que deu origem.

2. (TRE-PR – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC – 2012)

O inquérito policial, em regra, deverá terminar no prazo

- a) estabelecido pela autoridade policial, tendo em vista a complexidade das investigações.
- b) de 10 dias, se o indiciado estiver preso preventivamente ou em flagrante.
- c) de 20 dias, se o indiciado estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
- d) de 30 dias, se o indiciado estiver preso preventivamente ou em flagrante.
- e) de 60 dias, se o indiciado estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

3. (TRE-SP – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – FCC – 2006)

De acordo com o Código de Processo Penal, no que concerne ao Inquérito Policial, é correto afirmar:

- a) O inquérito policial deverá terminar no prazo de quinze dias, se o indiciado estiver preso, ou no prazo de quarenta dias se estiver solto.
- b) O inquérito policial, nos crimes em que a ação pública depender de representação, poderá sem ela ser iniciado.
- c) O Ministério Público não pode requerer a devolução do inquérito Policial à Autoridade Policial senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
- d) Se nenhum fato criminoso for apurado, a Autoridade Policial poderá mandar arquivar os autos do inquérito policial.
- e) Nos crimes de ação privada, a Autoridade Policial poderá proceder à inquérito policial de ofício, independentemente de requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.

1.

Em "a": Errado – O inquérito deverá terminar no prazo de 10 DIAS, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

Em "b": Errado – De acordo com o art. 5º, do CPP, nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado de ofício, mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

Em "c": Certo – Conforme art. 17, do CPP, a autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito.

Em "d": Errado – O Art. 10, do CPP, dispõe que o inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 DIAS, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

Em "e": Errado – O inquérito policial é procedimento administrativo, não processo penal.

GABARITO OFICIAL: C**2.**

Em "a": Errado – O prazo para conclusão do inquérito policial está contido no art. 10, do CPP.

Em "b": Certo – Dispõe o art. 10, do CPP: o inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

Em "c": Errado – O prazo para conclusão do inquérito policial está contido no art. 10, do CPP.

Em "d": Errado – O prazo para conclusão do inquérito policial está contido no art. 10, do CPP.

Em "e": Errado – O prazo para conclusão do inquérito policial está contido no art. 10, do CPP.

GABARITO OFICIAL: B**3.**

Em "a": Errado – O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela, de acordo com disposto no art. 10, do CPP.

Em “b”: Errado – O inquérito policial, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.

Em “c”: Certo – De acordo com o art. 16, do CPP, o Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

Em “d”: Errado – Nos termos do art. 17, do CPP, a autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito policial.

Em “e”: Errado – Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.

GABARITO OFICIAL: C

DIREITO ELEITORAL

Sobre o Autor

Fernando Paternostro Zantedeschi

Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bacharel em Direito, com pós-graduação em Direito Constitucional e Administrativo. Atuou na Advocacia-Geral da União (AGU). Atualmente é autor e revisor de obras jurídicas de concursos públicos e exame da OAB.

1. (TRE-SP – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC – 2017)

Acerca das fontes de Direito Eleitoral:

- a) a função normativa da Justiça Eleitoral autoriza que sejam editadas Resoluções Normativas pelo Tribunal Superior Eleitoral com a finalidade de criar direitos e estabelecer sanções, possibilitando a revogação de leis anteriores que disponham sobre o mesmo objeto da Resolução Normativa.
- b) as normas eleitorais devem ser interpretadas em conjunto com o restante do sistema normativo brasileiro, admitindo-se a celebração de termos de ajustamento de conduta, previstos na Lei nº 7.346/85, que disciplina a Ação Civil Pública, desde que os partidos políticos transijam, exclusivamente, sobre as prerrogativas que lhes sejam asseguradas.
- c) o Código Eleitoral define a organização e a competência da Justiça Eleitoral, podendo ser aplicado apesar de a Constituição Federal prever a necessidade de lei complementar para tanto.
- d) as Resoluções Normativas do TSE, as respostas às Consultas e as decisões do Tribunal Superior Eleitoral são fontes de Direito Eleitoral de natureza exclusivamente jurisdicional e aplicáveis apenas ao caso concreto dos quais emanam.
- e) o Código Eleitoral, a Lei de Inelegibilidades, a Lei dos Partidos Políticos, a Lei das Eleições, as Resoluções Normativas do TSE e as respostas a Consultas são fontes de Direito Eleitoral de mesma estatura, hierarquia e abrangência, podendo ser revogadas umas pelas outras.

2. (TRE-GO – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – CESPE – 2005)

A Lei nº 9.504/1997 encerrou o ciclo das leis temporárias. Até então, cada período eleitoral tinha sua própria lei. Eles regravam a eleição episódica. No mais das vezes, regravam a eleição para direcionar o conflito político subjacente. A Constituição de 1988 iniciou o processo de superação dessa fase.

Nelson Jobim, In: Henrique Neves, A Lei das Eleições.

Considerando o texto acima, a Constituição Federal e a história eleitoral recente do Brasil, julgue os itens subsequentes.

I - O casuísmo das leis eleitorais, no Brasil, manteve-se após a promulgação da Constituição de 1988.

II - Conforme a Constituição, a lei que disciplina a eleição deve estar em vigor um ano antes.

III - Elege-se presidente ou governador o candidato que alcançar 51% dos votos válidos.

IV - Nas eleições para prefeito, há segundo turno somente nos municípios com mais de 200 mil habitantes.

V - A Lei nº 9.504/1997 disciplina tanto as eleições nacionais quanto as municipais. Estão CERTOS apenas os itens:

- a) I, II e III.
- b) I, II e V.
- c) I, IV e V.
- d) II, III e IV.
- e) III, IV e V.

3. (TRE-SC – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – PONTUA – 2011) Sobre o direito e a legislação eleitoral, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) São disposições próprias do Código Eleitoral para fins eleitorais o conceito de funcionário da justiça eleitoral e de funcionário público.
- b) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até 1 (um) ano da data de sua vigência.
- c) As hipóteses de inelegibilidades devem ser tratadas por Lei Complementar.
- d) É competência concorrente da União, dos Estados e dos Municípios legislar sobre direito eleitoral.

4. (TRE-AC – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – AOCP – 2015) Em relação à legislação eleitoral, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O Código Eleitoral é a legislação central do regime jurídico eleitoral, sendo as demais legislações acessórias naquilo em que ele for omissivo.
- b) A Lei que alterar o processo eleitoral deve respeitar a regra da anualidade eleitoral.
- c) É inaplicável, dentro do sistema processual eleitoral, qualquer disposição do código de processo civil, em razão da sua incompatibilidade com o que dispõe o código eleitoral.
- d) A cada eleição, será publicada, pelo Tribunal Superior Eleitoral, Lei específica dispondo a respeito do pleito a ser realizado.
- e) Além das disposições constitucionais, somente Lei complementar pode dispor acerca de matéria eleitoral.

5. (TRE-SC – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – PONTUA – 2011) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O Direito Eleitoral é ramo do direito privado.
- b) É objeto do Direito Eleitoral a disciplina do registro de candidatos.
- c) O Direito Eleitoral disciplina o processo para escolha dos governantes.
- d) Compete privativamente à União legislar sobre Direito Eleitoral.

1.

Em "a": Errado – Os regulamentos normativos são redigidos para dar fiel execução às leis. O conteúdo inserido nessas normas tem o propósito de regulamentar as matérias de competência do órgão colegiado que as instituiu, criando situações gerais e abstratas. Isso significa que os regulamentos não tem condão de, por si só, criar algo novo e originário para a legislação eleitoral.

Em "b": Errado – Segundo o art. 105-A da Lei nº 9.504/1997, em matéria eleitoral não são aplicáveis os procedimentos previstos na Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Em "c": Certo – Nos termos do *caput* do art. 121 da CF/1988, a lei complementar disporá sobre a organização e competência dos tribunais, dos juízes de direito e das juntas eleitorais.

Em "d": Errado – São fontes do direito eleitoral: a Constituição Federal, o Código Eleitoral, a Lei das Eleições, a Lei das Inelegibilidades, a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, as consultas, as resoluções do TSE e as demais citadas anteriormente. Somam-se a essas, ainda, a jurisprudência, os costumes, a doutrina, os princípios gerais de Direito e a equidade. As consultas respondidas pelo TSE, são atos normativos em tese, sem efeitos concretos, por se tratar de orientação sem força executiva.

Em "e": Errado – As consultas são fontes secundárias do Direito Eleitoral, o que significa que não se encontram no mesmo patamar que o Código Eleitoral, a Lei de Inelegibilidades, a Lei dos Partidos Políticos, a Lei das Eleições e as Resoluções Normativas do TSE. Estas são fontes primárias.

GABARITO OFICIAL: C**2.**

Afirmativa I – Verdadeiro – A expressão "casuismo eleitoral" foi utilizada para nominar as manobras legislativas implantadas pelos governos militares para obter benefícios eleitorais diante do crescimento do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Recentemente, a criação e a alteração excessiva e indiscriminada das leis eleitorais, a tentativa do Congresso de "revogar" a verticalização das coligações definida pelo Judiciário e a minirreforma eleitoral de 2006 são exemplos de decisões legislativas meramente casuísticas.

Afirmativa II – Verdadeiro – Nos termos do art. 16 da CF/1988, A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.

Afirmativa III – Falso – Nos termos do art. 77, § 2º da CF/1988, Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos (50% + 1), não computados os em branco e os nulos.

Afirmativa IV – Falso – Nas eleições para prefeito, há segundo turno somente nos municípios com mais de 200 mil **eleitores** (art. 29, II, CF/1988).

Afirmativa V – Verdadeiro – A Lei Eleitoral disciplina as eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, Prefeito e Vice-Prefeito, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual, Deputado Distrital e Vereador, na forma do art. 1º da Lei nº 9.504/1997.

GABARITO OFICIAL: B

3.

Em "a": Certo – O art. 283, *caput* e §§ 1º e 2º do Código Eleitoral (CE) dispõe sobre as definições de funcionário da Justiça Eleitoral e funcionário público.

Em "b": Certo – É o texto do art. 16 da CF/1988.

Em "c": Certo – Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para o exercício do mandato, considerada a vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta (art. 14, § 9º, CF/1988).

Em "d": Errado – É competência privativa da União legislar sobre direito civil, comercial, penal, processual, **eleitoral**, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho, na forma do art. 22, I, da CF/1988.

GABARITO OFICIAL: D

4.

Em "a": Errado – O regime jurídico-eleitoral brasileiro é formado basicamente por quatro leis principais, não havendo supremacia de uma em relação as demais. São elas: Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965); Lei das Eleições (Lei nº 9504/1997); Lei das Inelegibilidades (LC nº 64/1990); e Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/1995).

Em "b": Certo – É o texto do art. 16 da CF/1988.

Em "c": Errado – O Código de Processo Civil é fonte secundária do sistema processual eleitoral, e sua aplicação depende de lacuna na legislação eleitoral.

Em "d": Errado – Até o dia 5 de março do ano da eleição, o Tribunal Superior Eleitoral, atendendo ao caráter regulamentar e sem restringir direitos ou estabelecer sanções distintas das previstas nesta Lei, poderá expedir todas as instruções necessárias para sua fiel execução, ouvidos, previamente, em audiência pública, os delegados ou representantes dos partidos políticos (art. 105, Lei nº 9.504/1997).

Em "e": Errado – Tanto a lei complementar quanto lei ordinária poderá disciplinar matéria eleitoral. É o caso, por exemplo, da Lei de Eleições (Lei nº 9.504/1997).

GABARITO OFICIAL: B

5.

Em "a": Errado – Direito Eleitoral é ramo de direito público, uma vez que disciplina as regras para a escolha de representantes do povo que atuam nas funções de governo do Estado.

Em "b": Certo – O Registro dos candidatos é disciplinado pelos arts. 87 e seguintes do Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965)

Em "c": Certo – Uma das principais atribuições do Poder Judiciário Eleitoral é regulamentar e coordenar o processo eleitoral que disciplina todo o procedimento de escolha dos governantes.

Em "d": Certo – Pelo art. 22, I, da CF/1988, compete a União legislar privativamente sobre normas de direito eleitoral.

GABARITO OFICIAL: A

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Sobre o Autor

Fernando Paternostro Zantedeschi

Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bacharel em Direito, com pós-graduação em Direito Constitucional e Administrativo. Atuou na Advocacia-Geral da União (AGU). Atualmente é autor e revisor de obras jurídicas de concursos públicos e exame da OAB.

1. (TRE-BA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – SEGURANÇA JUDICIÁRIA – CESPE – 2010)

Normalmente, condutas antiéticas extrapolam os limites das relações interpessoais e se tornam objeto de política, fomentando a elaboração de códigos de ética de grupos profissionais, como os servidores públicos. A respeito da ética no serviço público, julgue os itens que se seguem.

A ética profissional se refere ao ideal de conduta do profissional, ao conjunto de atitudes desejáveis ao assumir no desempenho de sua profissão.

() CERTO () ERRADO

2. (TRE-BA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – SEGURANÇA JUDICIÁRIA – CESPE – 2010)

Normalmente, condutas antiéticas extrapolam os limites das relações interpessoais e se tornam objeto de política, fomentando a elaboração de códigos de ética de grupos profissionais, como os servidores públicos. A respeito da ética no serviço público, julgue os itens que se seguem.

A ética profissional deve ser compreendida estritamente no âmbito do relacionamento do profissional com sua clientela e vice-versa, tendo em vista a dignidade do homem e o bem-estar do contexto sociocultural em que atua na sua profissão.

() CERTO () ERRADO

3. (TRE-BA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – SEGURANÇA JUDICIÁRIA – CESPE – 2010)

Normalmente, condutas antiéticas extrapolam os limites das relações interpessoais e se tornam objeto de política, fomentando a elaboração de códigos de ética de grupos profissionais, como os servidores públicos. A respeito da ética no serviço público, julgue os itens que se seguem.

Apesar de estritamente relacionadas, ética e moral não se confundem. No entanto, os princípios éticos pressupõem determinadas regras morais de comportamento.

() CERTO () ERRADO

4. (TRE-PA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – SEGURANÇA JUDICIÁRIA – FGV – 2011)

Em relação ao comportamento ético do profissional de segurança judiciária, analise as afirmativas a seguir:

I - O profissional de segurança judiciária não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto.

II - O profissional de segurança judiciária deve ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político e posição social. Entretanto, caso necessário, pode forçar-se a causar-lhes dano moral.

III - O profissional de segurança judiciária deve resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações morais, ilegais, ou aéticas e denunciá-las.

Assinale:

- a) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- b) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- c) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- d) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- e) se nenhuma afirmativa estiver correta.

GABARITO COMENTADO

1.

A ética profissional pode ser compreendida como o conjunto de normas éticas que formam a consciência do profissional e representam imperativos de sua conduta, de um grupo social ou de uma sociedade. Por tais normas, deve o indivíduo orientar seu comportamento na profissão que exerce. A Ética é de fundamental importância em todas as profissões, e para todo ser humano, como condição essencial para o convívio em sociedade.

GABARITO OFICIAL: CERTO

2.

Apesar da questão não dizer respeito, estritamente, aos servidores públicos, podemos fundamentar a resposta com base no art. VI do Decreto nº 1.171/1994, ao dispor que “A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, **se integra na vida particular de cada servidor público**. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia-a-dia em sua vida privada poderão acrescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional”.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

3.

Embora a ética e a moral estejam intrinsecamente interligadas, possuem conceitos distintos entre si. Enquanto a moral é o conjunto de regras aplicadas no cotidiano e usadas continuamente por cada cidadão, estabelecendo a diferença entre o “bom” e o “mau”, a ética está voltada para o estudo dessas regras de conduta humana, isso é, a ética é a ciência que tem por objeto de estudo a moral. Além disso, são os princípios morais que pressupõem regras de comportamento, e não os princípios éticos.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

4.

Afirmativa I – Verdadeiro – A frase repete o texto do art. II do Decreto nº 1.171/1994.

Afirmativa II – Falso – É dever fundamental de todo servidor ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político e posição social, **abstendo-se, dessa forma, de causar-lhes dano moral** (art. XIV, g, Dec. nº 1.171/1994).

Afirmativa III – Verdadeiro – É o texto do art. XIV, i, do Decreto nº 1.171/1994.

GABARITO OFICIAL: B

NORMAS APLICÁVEIS AOS SERVIDORES FEDERAIS

Sobre o Autor

Fernando Paternostro Zantedeschi

Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bacharel em Direito, com pós-graduação em Direito Constitucional e Administrativo. Atuou na Advocacia-Geral da União (AGU). Atualmente é autor e revisor de obras jurídicas de concursos públicos e exame da OAB.

1. (TRE-RJ – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – CONSULPLAN – 2017) “José é servidor do Tribunal Regional Eleitoral e foi nomeado para exercer um cargo em comissão que envolvia administração de recursos públicos. Uma certa quantia destes recursos desapareceu e o órgão abriu sindicância para apurar responsabilidades.” Nos termos das normas aplicáveis aos servidores federais, assinale a alternativa CORRETA quanto à situação apresentada:

- a) A sindicância deve ser conduzida por três servidores ocupantes de cargo efetivo já estáveis.
- b) A nomeação de José para o cargo em comissão independe de aprovação em concurso público.
- c) Confirmada a participação de José no desvio da verba, será o mesmo exonerado do cargo em comissão.
- d) Se José pegou o dinheiro público, terá praticado ato de improbidade administrativa do tipo prejuízo ao erário.

2. (TRE-SP – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC – 2017) O vínculo funcional a que se submetem os servidores públicos pode variar de acordo com a estruturação da Administração pública e a natureza jurídica do ente a que estão subordinados, por exemplo:

- a) quando vinculados à Administração direta devem, obrigatoriamente, se submeter a prévio concurso de provas e títulos para provimento de cargos, empregos e funções públicas.
- b) os empregados de empresas públicas ou de sociedades de economia mista que explorem atividades econômicas necessariamente devem seguir o mesmo regime de obrigações trabalhistas das empresas privadas.
- c) os ocupantes de empregos públicos e funções públicas devem se submeter a prévio concurso público somente quando o vínculo funcional pretendido se der com entes integrantes da Administração indireta que tenham natureza jurídica de direito público.
- d) os entes que integram a Administração indireta podem preencher cargos em comissão, de livre provimento, que prescindem de concurso público, para suprir as necessidades do quadro funcional até que seja possível o provimento dos respectivos empregos públicos.
- e) os entes que integram a Administração indireta possuem natureza jurídica de direito privado e, como tal, seus servidores somente podem ocupar emprego público.

3. (TRE-SP – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC – 2017)

Entre as semelhanças e distinções possíveis de serem indicadas para os ocupantes de cargos e empregos públicos, está a:

- a) possibilidade de submissão a regime público de aposentadoria, independente da natureza jurídica do ente ao qual estão vinculados, desde que previsto na lei de criação do ente.
- b) obrigatoriedade, para ambos, de se submeterem a estatuto disciplinar contendo direitos e deveres, estes que, se violados, dão lugar a processo disciplinar para aplicação de penalidades, exigindo-se participação de advogado para imposição de pena demissão.
- c) obrigatoriedade de prévia submissão a concurso público de provas e títulos, sendo que, no caso de empregados públicos, desde que, da lei que cria o ente que integra a Administração indireta, tenha constado essa exigência.
- d) responsabilidade objetiva para os funcionários públicos, à semelhança do imposto para a Administração direta, enquanto remanesce a modalidade subjetiva para os ocupantes de emprego público e seus empregadores.
- e) possibilidade dos empregados públicos serem demitidos por decisão motivada, não sendo necessário processo disciplinar, tal qual exigido para os funcionários públicos efetivos.

4. (TRE-MA – ANALISTA JUDICIÁRIO – ANÁLISE DE SISTEMAS – IESES – 2015)

De acordo com a Lei 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, assinale a alternativa CORRETA

- a) A posse em cargo público dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que só podem ser alterados unilateralmente pela Administração, inclusive os atos de ofício previstos em lei.
- b) Posse é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança.
- c) É de trinta dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse
- d) O servidor ocupante de cargo em comissão ou de natureza especial poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.

1.

Em "a": Errado – A sindicância a ser conduzida pode ser composta por dois ou três servidores ocupantes de cargo efetivo com estabilidade.

Em "b": Certo – Os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração, ou seja, independem de concurso público. Os servidores que ocupam tais cargos submete-se a regime de integral dedicação ao serviço podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração (art. 19, § 1º, da Lei nº 8.112/1990)

Em "c": Errado – Em caso de infração disciplinar, José deverá ser destituído do cargo em comissão. Lembrando que a destituição é uma penalidade disciplinar, diferentemente da simples exoneração, conforme prescreve o art. 127, V, da Lei nº 8.112/1990.

Em "d": Errado – Segundo o art. 10 da Lei nº 8.429/1992, constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei. A hipótese apresentada pelo enunciado se enquadra melhor como ato de improbidade que importam enriquecimento ilícito (art. 9º, Lei nº 8.429/1992).

GABARITO OFICIAL: B**2.**

Em "a": Errado – Os servidores que ingressarem em cargos em comissão, ou mediante função de confiança, não necessitam de prévia aprovação em concurso público

Em "b": Certo – Os empregados público que trabalham em sociedades de economia mista ou em empresas públicas não seguem o regime estatutário de servidores ocupantes de cargos públicos, disposto na Lei nº 8.112/1990. Tais empregados regem-se pelo regime celetista, assemelhando-se ao regime dos empregados das empresas privadas, conforme dispõe o art. 1º da Lei nº 9.962/2000.

Em "c": Errado – O concurso público também é imprescindível para o ingresso de servidor em cargo público disponível nas pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração indireta (empresas públicas e sociedade de economia mista).

Em "d": Errado – O cargo em comissão destina-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento (art. 20, § 3º, Lei nº 8.112/1990). Dessa forma, não são destinados à suprir necessidades de quadro funcional da administração pública.

Em "e": Errado – A administração indireta é composta por entidades de natureza pública, como as autarquias e as fundações públicas; e de natureza privada, como as empresas públicas e as sociedades de economia mista, de forma que os servidores podem ocupar um cargo ou emprego público, respectivamente.

GABARITO OFICIAL: B

3.

Em "a": Errado – O regime próprio de previdência social (RPPS) é aplicável somente aos servidores públicos, conforme dispõe o art. 40, *caput*, da CF/1988. Para os empregados públicos, aplica-se o regime geral de previdência social (RGPS).

Em "b": Errado – Empregados públicos se submetem à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e não há necessidade de processo disciplinar para sua demissão. O final da questão se refere a uma controvérsia recentemente resolvida pelo STF, em que a OAB defendia o cancelamento da Súmula Vinculante nº 5, segundo a qual "a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição". O pleno decidiu pela manutenção do texto da Súmula. Assim, independentemente da penalidade aplicada em PAD, a assistência de advogado continua dispensável.

Em "c": Errado – Não há obrigatoriedade do concurso público ser de provas e títulos, podendo ser aplicado também apenas por provas, conforme dispõe o art. 11 da Lei nº 8.112/1990.

Em "d": Errado – Dispõe o art. 37, § 6º, da CF/1988 que as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. Assim, tanto os servidores como os empregados públicos respondem objetivamente pela prática de seus atos.

Em "e": Certo – Dispõe o art. 41 da CF/1988, que são estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados **para cargo de provimento efetivo** em virtude de concurso público. Em 2013, o STF, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE nº 589998/PI), reconheceu a inaplicabilidade da estabilidade no emprego aos funcionários de empresas públicas e sociedades de economia mista. Com isso, afastou a necessidade de instauração de processo administrativo disciplinar (PAD) para demissão nesses casos, uma vez que tal instituto é restrito a servidores estatutários.

GABARITO OFICIAL: E

4.

Em "a": Errado – A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, **que não poderão** ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei (art. 13, *caput*, Lei nº 8.112/1990).

Em "b": Errado – A alternativa apresenta a definição de exercício, não de posse, nos termos do art. 15 da Lei nº 8.112/1990.

Em "c": Errado – É **de quinze dias** o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse (art. 15, § 1º, Lei nº 8.112/1990).

Em "d": Certo – É o texto do art. 9º, parágrafo único, da Lei nº 8.112/1990.

GABARITO OFICIAL: D